

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

PEQUENO EXPEDIENTE
(ABERTURA DA SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Em nome de Deus e da democracia, declaro aberta a presente sessão ordinária.

(PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Convido o Deputado Carlos Avallone para que faça a leitura da Ata; e o Deputado Delegado Claudinei para que, após, faça a leitura do expediente.

(OS SRS. DEPUTADOS DELEGADO CLAUDINEI E CARLOS AVALLONE ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. 2º SECRETÁRIO (CARLOS AVALLONE) - Senhor Presidente, 1º Secretário, senhores Deputados, plateia aqui presente, vou fazer a leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 9H14MIN.)

O SR. 2º SECRETÁRIO (CARLOS AVALLONE) - Lida a Ata, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Obrigado, Deputado Carlos Avallone. A Ata ora lida está em discussão... Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovada.

Secretaria de Serviços Legislativos **(PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)** Assembleia Legislativa

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Peço ao Deputado Delegado Claudinei que possa fazer a leitura do expediente.

(O SR. 1º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DO SEGUINTE EXPEDIENTE: OFÍCIO Nº 488/2021, DA PROTEÇÃO DE DEFESA CIVIL; OFÍCIOS NºS 510, 511, 1.848, 1.865, 1.868, 1.872, 1.877, 1.878, 1.879, 1.881, 1.882, 1.883, 1.900 E 1.901/2021, DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA; OFÍCIOS NºS 4.813, 4.841, 4.844, 4.880, 4.885, 4.893 E 4.894/2021, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO; OFÍCIOS NºS 3.339 E 3.349/2021, DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE; OFÍCIOS NºS 958, 961, 962 E 957/2021, DA SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA; OFÍCIOS NºS 1.149 E 1.150/2021, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO; OFÍCIO Nº 003/2021, DA PREFEITURA DE ALTO GARÇAS; OFÍCIO Nº 1.043/2021, DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR; OFÍCIO Nº 642/2021, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO; OFÍCIO Nº 211/2021, DO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MATO GROSSO; OFÍCIO Nº 024/2021, DA ASSOCIAÇÃO DOS GESTORES GOVERNAMENTAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO; OFÍCIO Nº 3.718/2021, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA; OFÍCIO NºS 084 E 085/2021, DO COMANDO-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS DE MATO GROSSO; MEMORANDO Nº 1.246/2021, DA PROCURADORIA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA; OFÍCIO Nº 158/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

PROJETO DE LEI Nº 209/2021; OFÍCIO Nº 159/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 798/2020; OFÍCIO Nº 166/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 386/2020; OFÍCIO Nº 167/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 774/2021; OFÍCIO Nº 172/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 71/2018; OFÍCIO Nº 173/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 656/2020; OFÍCIO Nº 174/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 726/2019; OFÍCIO Nº 175/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.228/2019; OFÍCIO Nº 176/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.298/2019; OFÍCIO Nº 178/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 90/2020; OFÍCIO Nº 181/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 846/2019; OFÍCIO Nº 182/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 149/2020; OFÍCIO Nº 183/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 280/2021; OFÍCIO Nº 184/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 91/2021; OFÍCIO Nº 185/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.136/2019; OFÍCIO Nº 186/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 329/2021; OFÍCIO Nº 187/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 575/2019; OFÍCIO Nº 188/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 409/2019; OFÍCIO Nº 189/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.043/2019; OFÍCIO Nº 192/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 295/2019; OFÍCIO Nº 193/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 925/2020; OFÍCIO Nº 194/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 471/2020; OFÍCIO Nº 197/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 17/2021; OFÍCIO Nº 198/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 489/2019; OFÍCIO Nº 199/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 909/2020; OFÍCIO Nº 200/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.088/2019; OFÍCIO Nº 202/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 409/2020; OFÍCIO Nº 203/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 69/2021; OFÍCIO Nº 204/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 79/2019; OFÍCIO Nº 205/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 147/2020; OFÍCIO Nº 206/2021, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 610/2019.)

O SR. 1º SECRETÁRIO (DELEGADO CLAUDINEI) - É só, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Obrigado, Delegado Claudinei.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

(SEGUNDA PARTE – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Vamos ao Pequeno Expediente. Deputado inscrito, Lúdio Cabral.

Quero cumprimentar a Sheila Gomes, superintendente de Gestão do Suas, seja bem-vinda à Assembleia Legislativa e todos os profissionais do Suas aqui presentes hoje, estamos trabalhando nas assinaturas dos Deputados para que a gente possa votar em segunda votação esse projeto tão importante para Mato Grosso. E os demais presentes, sejam muito bem-vindos à Assembleia Legislativa.

O SR. LÚDIO CABRAL - Bom dia a todas as pessoas presentes na sessão plenária de hoje.

Eu começo me dirigindo aos trabalhadores interinos da educação estadual, para informar que está na Ordem do Dia da sessão de hoje, para primeira votação, o nosso projeto de decreto legislativo que anula o absurdo edital proposto pela Seduc para seleção dos interinos em Mato Grosso, que traz uma série de ilegalidades e de injustiças e precisa ser anulado.

Na semana passada, 485 pessoas com deficiência foram sumariamente excluídas desse processo seletivo por conta de ilegalidades no edital e por conta da mais absoluta falta de acessibilidade para a realização das inscrições. É uma ilegalidade absurda que é, por exemplo, a exigência da comprovação da deficiência para a inscrição no processo seletivo. E há uma súmula do Superior Tribunal de Justiça do nosso país que diz que esses documentos devem ser exigidos no ato da contratação, não no ato da inscrição do processo seletivo; sem falar na proibição - pasmem - de contratação de pessoas com diabetes, de pessoas hipertensas, a proibição da contratação de gestantes, a mulher gestante não poderá ser contratada por esse edital de processo seletivo absurdo que a Seduc propôs.

Estamos com várias ferramentas propondo a anulação delas: ação judicial, denúncia ao Ministério Público e o projeto de decreto legislativo.

E aí eu quero avisar a todos os colegas Deputados que nós precisamos de quórum hoje para votar os projetos que estão na pauta. E eu farei questão, eu farei questão de exigir a votação do projeto de decreto legislativo hoje, até porque a Assembleia já tem consciência, já está informada, todos nós já temos a nossa posição formada em relação a essa pauta e temos que votar; votar na Ordem do Dia de hoje a primeira votação do PDL, até porque está marcada para domingo, dia 12, a realização das provas desse edital, e nós não podemos trabalhar num cenário de insegurança para os trabalhadores interinos da educação que estão contactando todos os Deputados.

Além disso, eu estou apresentando hoje, vou debater com profundidade isso na votação do requerimento, um requerimento para saber quais as providências... (TEMPO ESGOTADO) Estou apresentando um requerimento para saber quais as providências a autoridade sanitária do Estado de Mato Grosso está tomando por conta das notícias da circulação da nova variante de preocupação da covid-19, a ômicron, em nosso território. Que medidas estão sendo propostas, organizadas, articuladas e realizadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso para nos preparar para a chegada da ômicron, que chegará a nosso território muito provavelmente em 30, em 40 dias, mas na discussão eu aprofundo esse tema.

Também estou apresentando hoje um requerimento de informações ao governador do Estado sobre os recursos do Fundeb em 2021. Pasmem, há um saldo até outubro de 500 milhões de reais nos recursos do Fundeb, não aplicados pelo Governo do Estado, em qualquer tipo de ação. Há uma previsão de sobra, de saldo, de mais de 300 milhões de reais, e nós queremos que o Governo do Estado pague na forma de um abono salarial, uma espécie de 14º, de 15º salário aos trabalhadores da educação do Estado de Mato Grosso, tanto os interinos quanto

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

aqueles que são concursados, porque há saldo para isso. Estou também apresentando um projeto de lei tratando dessa pauta.

Apresento também, para dar oportunidade à Assembleia de refazer esse debate, duas emendas a um projeto do Executivo que está tramitando aqui na Assembleia, que altera dispositivos da lei de diretrizes orçamentárias, para que, desta vez, nós possamos aprovar... Janaina, atenção a essa questão, estou rerepresentando num projeto que está tramitando aqui... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Obrigado, Deputado Lúdio, já dei um tempinho a mais até para a sua fala.

Deputado Gilberto Cattani.

Ainda há inscritos aqui o Deputado Carlos Avallone, Claudinei e Wilson Santos; quem quiser fazer a inscrição, por favor, que o faça.

O Deputado Xuxu está fazendo a inscrição.

O SR. GILBERTO CATTANI - Bom dia, senhor Presidente, senhores Deputados, as pessoas que nos visitam neste dia.

Parabenizo todos que vieram aqui dar a sua contribuição ao PL nº 780, nossas boas-vindas.

Senhor Presidente, gostaria aqui de registrar uma moção de pesar pelo falecimento do senhor Jorge Luiz de Magalhães, coronel e comandante da PM do nosso estado, senhor Presidente, que teve a sua vida ceifada nos últimos dias.

Também gostaria de colocar sobre a mesa, senhor Presidente, dois projetos de lei, um que dispõe sobre a garantia de atendimento em instituições financeiras a usuários que obtiverem senha dentro do horário de funcionamento do atendimento ao público, no âmbito do Estado de Mato Grosso. Senhor Presidente, quando você vai ao banco, se você chegar perto da hora de fechar, você não consegue pegar senha para ser atendido. Isso é inconstitucional, senhor Presidente.

Também outro projeto de lei que dispõe sobre a fiscalização de cargas de madeira no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Às vezes, muitas cargas de madeira na fiscalização, senhor Presidente, são confundidas; e, pelo nome da madeira, a pessoa perde a sua carga.

No mais, senhor Presidente, gostaria de dizer aqui que estou levando um relatório para o Inbra, para o Ministério Público Federal, para a Justiça Federal, vou encaminhar para a Presidência da República; vou encaminhar esse relatório, senhor Presidente, para o Ministério da Agricultura, um parecer técnico, senhor Presidente, jurídico, sobre as pessoas que estão em assentamento.

Um assentado, senhor Presidente, ele tem, por obrigatoriedade, no Inbra, de pertencer ao Cade. Quando essa pessoa pertence ao Cade, ela ali está assinando um atestado de miséria, e não pode ganhar mais do que 14 mil reais por ano, senhor Presidente. Isso é um absurdo, porque pessoas estão há muitos anos, há vinte anos, há décadas, nos seus assentamentos e precisam ser reconhecidos pelo que ele produziu durante todo esse tempo e não pertencer ao Cade, que é o seu atestado de miséria.

Outra situação, senhor Presidente, é o marco temporal para a regulamentação de áreas de assentamentos, que foi determinado como 2015. Nós estamos pedindo que seja mudado, porque a pessoa às vezes ficou vinte, trinta anos em cima da sua terra e precisa sair dali por motivos lógicos, ou seja, envelheceu, está no final da sua vida e quer seguir um novo caminho. Uma pessoa que chegou depois de 2015 não pode ser regulamentada, e nós estamos pedindo que seja mudado, senhor Presidente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

Era só por hoje, senhor Presidente.

Muito obrigado.

(A SR.^a JANAINA RIVA ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

A SR.^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - O próximo inscrito é o Deputado Carlos Avallone.

O SR. CARLOS AVALLONE - Deputada Janaina, senhores Deputados, eu faço o uso do Pequeno Expediente, primeiro para apresentar aqui uma moção de pesar pelo falecimento de José Delgado, o Curiangu, ocorrido ontem. A presente proposição tem como objetivo fazer uma singela homenagem à memória de José Delgado, o Curiangu, pescador ribeirinho que lutou por toda a sua classe, pela preservação da fauna e da flora. Aos familiares, uma pessoa presente e amada; aos amigos, uma pessoa que nunca deixou de estar à mão. Por fim, ele nos deixa a saudade e as memórias.

Quero apresentar essa moção, pedir o apoio dos 24 Deputados para que a gente possa aprová-la.

Peço também uma moção de pesar ao Gilson Oliveira dos Santos, ocorrida no dia 6 de dezembro de 2021. Gilson, além de um amigo, foi presidente do Departamento de Obras Públicas, entre outros cargos que assumiu; mas, como presidente do DOP, ele teve uma grande atuação na área pública. Então, eu peço aí também o apoio dos Deputados para esta moção de pesar.

Estou entrando aqui com requerimento interno na Casa de Leis, requerendo à Mesa Diretora uma audiência pública às 14h, no dia 16, para debater a regulamentação da Polícia Penal estadual prevista na Emenda Constitucional nº 96/2021.

É isso, senhora Presidente.

A SR.^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Convido agora o próximo inscrito para fazer o uso da fala: Deputado Delegado Claudinei; e quero cumprimentar o Danilo Moraes, em nome da Assembleia Legislativa, presidente da Feconseg de Mato Grosso, e o Ney Alves Pereira, que é presidente da União dos Conselhos Comunitários do Estado de Mato Grosso.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Bom dia, senhora Presidente, colegas Deputados, sociedade de Mato Grosso que nos acompanha; também quero cumprimentar todos que estão nos acompanhando aqui hoje na nossa galeria, apoiando o PL nº 780; também estou junto com o projeto dos professores interinos para a gente derrubar esse decreto do Governo do Estado.

Quero também agradecer a presença dos representantes dos conselhos municipais de segurança de Mato Grosso. Acho que são mais de 40 presentes aqui hoje, depois estaremos conversando também lá; são pessoas voluntárias que trabalham em prol da sociedade, ajudando a segurança pública nos seus respectivos municípios.

Então, vocês merecem todo o nosso reconhecimento e os nossos parabéns nesta Casa Legislativa.

Senhora Presidente, hoje eu li, aqui no expediente, 31 vetos encaminhados pelo Governo do Estado, 31 vetos de uma vez só; o governador está trabalhando rápido, junto com a Procuradoria do Estado, para vetar os projetos aqui dos Deputados.

Então, claro, vamos analisar esses vetos na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, vamos analisar aqui em plenário para ver se realmente todos têm fundamentos, todos estão amparados na ilegalidade, na inconstitucionalidade, no interesse público. Só que algumas situações me estranham, senhora Presidente, e por isso que eu acho que a gente deve apreciar esses vetos ainda antes do recesso, antes do dia 15 ou 17 de dezembro, antes do Natal e do Ano-

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

Novo. Nós precisamos apreciar alguns vetos, porque eu dei uma olhada por cima ali e são projetos importantíssimos para o bem da sociedade.

A gente fica indignado, senhora Presidente, porque projetos... Eu vou citar projetos nossos voltados para a segurança pública para ajudar nos trabalhos internos e externos das nossas polícias.

E aí passa aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Redação com parecer favorável; é votado e passa em plenário com a votação da maioria dos Deputados; e a maioria desses projetos, devidamente fundamentados, com decisões do STF, do STJ, com jurisprudência, são vetados pelo governador.

E aí, profissionais da segurança pública, agora quero falar para vocês. O governador gosta de pagar de bom moço, tira foto com os policiais, faz pose de polícia, de bracinho cruzado, entra nas viaturas, usa o rádio - ou simula usar o rádio, porque não sabe usar o rádio -, mas na hora de votar projetos importantes como o nosso, que nós não conseguimos derrubar o veto infelizmente na semana passada ou retrasada... Um exemplo é a questão das folgas para os policiais civis e policiais militares do interior, que são convocados para as audiências e, às vezes, nem há audiências; e, às vezes, durante a folga, suas férias e licença, têm que comparecer nas audiências, nos fóruns; e se não comparecerem vão responder processo administrativo e até processo criminal por desobediência.

E aí a gente fez um projeto para que essas folgas fossem compensadas, mas chegou lá, o senhor governador, com a equipe dele, vetou esse projeto. E aí os policiais que estão lá servindo a Justiça não têm direito à folga. É só um exemplo, fora outros importantes que a gente apresentou, que foram aprovados e o governador vetou, pessoal da segurança pública.

Olhem bem! Olhem bem a atuação desse governador do Estado de Mato Grosso para a segurança pública, principalmente para os nossos profissionais da segurança pública. Porque o que ele mais gosta é vetar projeto da segurança pública. E depois vem pagar de bom moço, bonitinho, tirando foto com as nossas polícias, de bracinho cruzado e tudo mais.

É só, obrigado.

A SR.^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Convido o Deputado Xuxu Dal Molin.

Eu solicito aos colegas Deputados que nós possamos seguir os três minutos cada um, porque nós temos muitos inscritos, para nós passarmos para a Ordem do Dia.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Muito bom dia, Presidente Janaina, demais colegas; bom dia aos servidores e população que nos acompanha pela TV e rádio Assembleia.

Eu quero aqui, em nome do Gilvano, presidente do Conseg de Sorriso, saudar a vinda de todos os conselheiros, nós estamos aqui há muitos anos fazendo segurança na base. Tivemos a honra de coordenar a descentralização do Ciopaer lá em Sorriso, estamos trabalhando no mesmo projeto para uma base em Cáceres para reforçar o Gefron; e, se Deus quiser, em breve... Estivemos no Ministério da Justiça, na semana passada, para liberar um helicóptero para a PRF, mais segurança, integrar com todas as polícias, da população que trabalha e precisa ter com certeza esse apoio. E os conselhos são uma fonte viva das parcerias com a nossa sociedade.

Parabéns aos Consegs do estado, depois vamos estar aí discutindo políticas e colocando emendas para o apoio de vocês.

Eu também quero concordar com o Claudinei, eu sou autor de um projeto chamado Mulher Empreendedora. Em 2019, colocamos na LDO, e custou para aprovar aqui, depois foi vetado e não foi derrubado o veto.

Nós identificamos que as maiores vítimas de violência doméstica são essas mulheres, porque elas não conseguem sair de casa devido à dependência financeira de maridos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

covardes. E esse projeto iria estimular o Desenvolve-MT a liberar linhas de crédito e capacitação para empoderar as mulheres a buscar outra vida e a não ficar submissa a esses maridos, porque elas aprenderam a cuidar da família, da casa, e não têm outra visão para buscar uma independência financeira. Foi vetado! E Mato Grosso, pasmem vocês, continua sendo campeão de feminicídio. Um projeto que era para ser exemplo no Brasil ainda não saiu do papel.

Eu faço um apelo aqui ao Governo do Estado... Eu não preciso ser autor do projeto. Eu quero ver as mulheres tendo a oportunidade de defender a sua vida e de ter a sua liberdade, e não ficarem dentro de casa submissas a maridos ou a ex-conviventes violentos que ficam lá cerceando elas por causa de uma ajuda, isso ou aquilo.

Eu quero aqui também, Presidente, falar que nós estamos indicando o serviço de verificação de óbito lá na Politec de Sorriso; uma ambulância para o Assentamento Jonas Pinheiro, a pedido do nosso colega vereador Maurício Gomes, inclusive, quando eu fui vice-prefeito, implantamos o PSF naquele assentamento. E pasmem, Deputados, Sorriso, infelizmente, perdeu um monte de farmácias nos PSFs; Sorriso está tomado de dengue, inclusive eu já me coloquei à disposição, falei com a SES, se tiver que fazer o enfrentamento, fumacê, todo mundo lá quem não pegou está na fila para pegar. Está um caos em Sorriso, de dengue! Não podemos chegar ao Natal, já tem a pandemia e ainda muita gente lá ocupando vagas na nossa UPA, no nosso hospital regional.

Então, eu faço um apelo, município, vamos chamar o estado e fazer um enfrentamento digno e acabar com a dengue, porque é fácil, nós temos várias soluções para a dengue.

Eu encerro aqui, Deputada Janaina, falando do Profis com o requerimento ao secretário Gallo, inclusive uma emenda nossa que garante conectividade, internet. São mais de 56 milhões de dólares que estão liberados para o Estado acessar; vai melhorar a questão tecnológica... (TEMPO ESGOTADO)... da tributação, mas principalmente a internet para o nosso povo, tanto na cidade como no campo; isto vai revolucionar Mato Grosso: internet para o nosso povo, e de qualidade.

A mesma coisa aqui, eu peço para retirar o Projeto de Lei nº 408/2021 sobre o Centro Geodésico do Estado. Nós encaminhamos ao IBGE um requerimento... Até foi na época do então prefeito Zé Domingos que foi criado o Centro Geodésico em Sorriso, e aí nós precisamos avançar com esse projeto, a comissão deu parecer contrário, e eu quero pegar o estudo do IBGE só para fundamentar a decisão e todos ficarem tranquilos para votar.

No mais, desejo a todos uma ótima sessão. Contem conosco.

Não ao passaporte sanitário! (APLAUSOS)

A SR.^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Vamos atender o pedido de retirada de pauta do colega Deputado Xuxu Dal Molin, autor do projeto.

Agora, para fazer o uso da fala, o colega Deputado Wilson Santos; em seguida, o colega Deputado Valdir Barranco.

O SR. WILSON SANTOS - Colega Deputada Janaina, que preside esta sessão, demais colegas, quero saudar todos os presentes aqui, todos os convidados, em especial os pescadores profissionais aqui da Baixada Cuiabana, muito obrigado pela presença. (APLAUSOS)

O SR. WILSON SANTOS - Apresento, senhora Presidente, projeto de lei que dispõe sobre a condução de vítimas atendidas pelo Corpo de Bombeiros Militar, que possuam cobertura de plano particular de saúde.

Projeto de lei que dispõe sobre a notificação eletrônica, sobre o vencimento de carteira de habilitação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

Projeto de lei que dispõe sobre medidas de prevenção ao esquecimento de animais no interior de veículos.

Faço aqui uma moção de aplausos à tenente-coronel, agora promovida a coronel, Luciana Bragança Brandão da Silva. É a primeira mulher coronel na história do Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso, a quem eu peço uma salva de palmas. (PALMAS)

O SR. WILSON SANTOS - Uma moção de aplausos aos proprietários e funcionários da cervejaria Louvada, pelas onze premiações no concurso Brasil Beer Cup, realizado em Florianópolis, Santa Catarina. É uma empresa cuiabana.

Uma moção de pesar pela passagem do meu amigo, coronel da Polícia Militar, Jorge Luiz de Magalhães, que ontem, aos 53 anos de idade, após fazer um cateterismo em um hospital privado em Cuiabá, foi a óbito. Jorge Luiz comandou a PM por oito meses na gestão do governador Pedro Taques, cuiabaníssimo, grande amigo.

Moção de pesar aos familiares e amigos também do advogado Antônio Rogério da Costa Stefan.

Moção de pesar aos familiares e amigos também do meu amigo Gilson Oliveira Santos, pai do vereador Marcus Fabrício, primeiro esposo da senhora Nilma Nunes, grande Gilson.

Moção de pesar pela passagem também da doutora Mitzi Figueiró, por complicações da covid-19.

E aqui um conjunto de sugestões.

E passo à Mesa, senhora Presidente, um requerimento assinado por quinze Deputados: Dr. Gimenez, Paulo Araújo, Faissal Calil, Gilberto Cattani, Claudinei, Eduardo Botelho, João Batista, Lúdio Cabral, Dilmar Dal Bosco, Allan Kardec, Sebastião Rezende, Dr. João, Wilson Santos. São quinze assinaturas solicitando o regime de urgência urgentíssima para o Projeto de Lei nº 646/2021, que devolve o direito aos pescadores de trabalharem. (APLAUSOS)

O SR. WILSON SANTOS - Obrigado, Presidente.

A SR.^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Convido agora o Deputado Valdir Barranco, que participa via remota da sessão; e cumprimento Odailton Pereira dos Santos, que é vereador da Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste, e José Júnior Xavier, que é presidente do Conseg do município de Santo Antônio do Leste.

O SR. VALDIR BARRANCO - Senhora Presidenta, caros colegas, público que nos acompanha, quero saudar todos que estão nas galerias, professores interinos que aguardam ansiosamente pelo desfecho exitoso dessa nossa luta contra o Edital nº 008/2021, que é um absurdo.

Também quero saudar os pescadores e parabenizar o Deputado Wilson Santos pela iniciativa.

E quero aqui me somar ao Deputado Claudinei que falou da segurança pública. Quero falar da cara de pau do governador ontem, com relação ao dia do extensionista rural, ele gravou um vídeo ao lado do alemão da Empaer, falando da importância do extensionista rural da Empaer, sendo que ele só não acabou com a Empaer, só não a extinguiu, graças a esta Casa de Leis que não deixou, que formou uma barreira de proteção. Ele mandou embora 62 técnicos, doutores da Empaer, especialistas em extensão rural, que hoje estão passando por dificuldades, dois deles, inclusive, morreram em virtude disso, porque o coração não suportou.

Há muitas matérias, senhora Presidente, e a gente tem dificuldade em abordar outros temas, porque sempre está apresentando muitas matérias e eu vou tentar ser bem breve aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

Apresento um projeto de lei que dispõe sobre o Programa Energias Alternativas para Habitações de Interesses Sociais.

Um projeto de lei que dispõe sobre medidas de prevenção ao esquecimento de animais no interior de veículos no Estado de Mato Grosso.

Projeto de lei que institui o Programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos no Estado de Mato Grosso, Mova-MT, junto à Secretaria Estadual de Educação.

Projeto de lei que institui a campanha de incentivo à preservação de recomposição das matas ciliares no Estado de Mato Grosso.

Projeto de lei que dispõe sobre a isenção do pagamento da tarifa de pedágios localizados em rodovias do Estado de Mato Grosso para motocicletas de até 150 cilindradas.

Projeto de lei que dispõe sobre a divulgação nos sítios eletrônicos de hospitais públicos e privados de informações sobre pacientes desconhecidos internados no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Alguns requerimentos também.

Um requerimento ao senhor governador e ao secretário de Estado de Educação a fim de requerer informações sobre uma possível ordem... perante a qual os servidores interinos devem devolver os *notebooks* até o dia 16/12/2021; além disso, temos informação de que não finalizou ainda o ano letivo, e por isso esses professores ainda não lançaram todo o diário eletrônico.

Peço mais dois minutos para concluir. (TEMPO ESGOTADO)

A SR.^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Deputado Dr. Eugênio.... Desculpe, o Deputado Valdir Barranco solicitou mais um minuto, mais um minuto para o Deputado concluir.

O SR. VALDIR BARRANCO - Só para concluir esse requerimento sobre os *notebooks*, porque é importante que os professores interinos possam ficar com os *notebooks* até que lancem todas as notas nos diários de classe, as presenças, as ausências, enfim, todo o seu trabalho.

Apresento requerimento à excelentíssima senhora presidenta do Instituto de Defesa de Agropecuária de Mato Grosso - Indea a fim de requerer informações nos quais os produtores rurais de Guarantã do Norte relataram que, quando se deslocam para a cidade, levando produtos para seus familiares que residem na zona urbana, são abordados e têm seus produtos apreendidos pelo Indea.

Também aqui uma indicação ao senhor secretário de Estado de Infraestrutura a fim de que possa fazer a recuperação da MT-208, no trecho de Alta Floresta a Nova Bandeirantes, a pedido dos vereadores de Nova Monte Verde e Nova Bandeirantes, quando estive lá na semana passada.

E quero destacar, principalmente, que recebi também, durante a sessão da Câmara de Nova Bandeirantes, uma indicação, em mãos, feita a defesa pelo vereador Brizola, lá de Nova Bandeirantes.

Apresento uma indicação ao secretário de Saúde sobre a necessidade de distribuir fórmula láctea hipercalórica para as crianças que precisam, por meio da rede pública.

Indicação ao senhor governador do Estado sobre a necessidade de criação e inclusão de estrutura organizacional, no Poder Executivo, da Secretaria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres.

Um requerimento à secretária de Estado de Meio Ambiente, a fim de receber informações com cópia integral do processo da Sema contra o empresário Filadelfo dos Reis

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

Dias, que foi beneficiado pela inoperância da Sema. Já apresentei o requerimento nº 272/2021, mas a Sema se fez de tonta e me enviou incompleta a resposta.

A SR.^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - O próximo inscrito é o Deputado Dr. Eugênio; em seguida, Deputado Dr. João José.

O SR. DR. EUGÊNIO - Muito boa tarde... Muito bom dia, né? Olha eu, boa tarde... Bom dia, Presidente Janaina, demais colegas Deputados, muito bom dia a quem nos acompanha pela TV e rádio AL, quem nos acompanha aí da galeria, muito bom dia a todos vocês.

Presidente, eu apresento um projeto de lei... E hoje coincidentemente com participantes da pesca presentes aqui na nossa galeria, coincidência; apresento o projeto de lei que acrescenta o dispositivo da Lei nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a Política da Pesca no Estado de Mato Grosso.

Esse projeto de lei, na verdade, é para regulamentar a política do turismo da pesca, os guias de pesca. Lá na região que eu represento, a região do Araguaia, o crescimento da pesca turística está a cada dia maior. Em regiões como Cocalinho, Santa Terezinha, Nova Xavantina, Barra do Garças, enfim, toda a região do rio Araguaia, o rio das Mortes, têm crescido muito as pousadas, tem crescido muito o turismo da pesca nessa região, e nós queremos dar uma contribuição para esses atores extremamente importantes no turismo da pesca, que são os guias de pesca.

Apresento também o projeto de lei que denomina de Erasmo Scarton o trecho da Rodovia MT-140, do quilômetro 15, que liga a BR-070 à BR-364, lá no município de Campo Verde. São 14,8 quilômetros que dificultava, tinha que dar a volta lá na Serra de São Vicente, e agora não, já corta o caminho ali da 070 para quem vai para Rondonópolis pegar a 364. E foi uma obra agora do governador Mauro Mendes, que nós estamos denominando então de Erasmo Scarton, um fazendeiro, um produtor rural que morou naquela região, mora naquela região há muitos anos.

Hoje, Presidente Janaina, Mato Grosso - e o Araguaia, muito especialmente - acordou mais triste. Ontem nós perdemos um cidadão que, apesar de cuiabano da gema, nascido no bairro Dom Aquino, adotou a região do Araguaia como a sua região, morou em Barra do Garças, morou durante onze anos comandando o 13º Comando Regional lá da cidade de Água Boa. Convivi durante todos esses anos com o coronel Jorge Luiz Guimarães. Jorge era uma pessoa extremamente querida, Jorge era um vascaíno convicto, assim como o Paulo Araújo, viu, Paulinho? Sofrendo, sofrendo com o seu clube do coração. Jorge Luiz que durante esses três anos que eu passo aqui na Assembleia Legislativa, o Jorge sempre falava comigo: “Eugênio, precisamos marcar aquele churrasquinho do final de semana”. E como a vida é implacável, a gente acaba sendo atropelado, e, durante esses três anos, nós não o fizemos. Jorge que deixa a sua esposa Rosângela, deixa a Ana Flávia, que deixa a Maria Luiza. Elas cresceram junto com as minhas filhas. A gente tem uma relação de amizade enorme.

Confesso que eu estava ontem na Arena Pantanal quando eu recebi a mensagem da morte do Jorge. E a primeira coisa que a gente faz é querer achar que é uma *fake news* e que não é verdade.

O Araguaia está muito triste, o Araguaia sente a perda desse líder que comandou a Polícia Militar, chegou ao mais alto cargo da Polícia Militar, comandando em 2016 durante oito meses no governo Pedro Taques.

Eu quero dizer pra você, Rosângela, esposa, para as filhas Ana Flávia e Maria Luiza, que este momento é de extrema tristeza, mas que vocês têm que ter muito orgulho desse pai de vocês. O Jorge, antes mesmo da Polícia Militar de Mato Grosso empregar o policiamento cidadão para aproximar a comunidade, o Jorge já fazia isso com a sua simplicidade. Quem o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

conheceu sabe o quanto ele era simples. Era um atleta; e, aí, no auge de seus 53 anos, foi fazer um cateterismo; acabou tendo uma complicação, Lúdio, durante o cateterismo, e foi então a óbito. Fica aqui a nossa tristeza, fica aqui o nosso reconhecimento ao trabalho que o Jorge Luiz fez em todo o Estado de Mato Grosso... (TEMPO ESGOTADO)... O trabalho que Jorge Luiz fez em todo o Estado de Mato Grosso, mas muito especial na nossa região do Vale do Araguaia.

Muito obrigado, Jorge!

A SR.^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARAÚJO - Bom dia, nobres Deputados, um cumprimento especial em nome da nossa querida amiga Deputada Janaina, servidores da Casa, a imprensa, a população que nos acompanha; um agradecimento especial aqui à Nilma e a todos os pescadores (APLAUSOS)... Quero dizer para todos vocês que reafirmo o compromisso que fiz, Nilma, lá em meu gabinete, para que a gente possa votar o mais rápido possível e restabelecer a ordem e fazer com que os pescadores possam ter a sua subsistência; da mesma forma, os nossos servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

Nobres Deputados, líder Dilmar Dal Bosco, eu peço encarecidamente a Vossa Excelência, líder que tem todo o nosso apoio, sempre teve, para poder fazer a articulação junto ao Poder Executivo. Eu tenho cobrado muito o secretário da Casa Civil, Mauro Carvalho, grande secretário, habilidoso, gentil, que possa atender as nossas demandas com relação a três categorias: Detran, Polícia Penal e Socioeducativo.

Eu gostaria, Deputado Dilmar, que Vossa Excelência pudesse fazer esse agendamento o mais rápido possível, porque essas categorias estão cobrando, Deputado Lúdio Cabral. E são as três categorias com os menores salários do Estado de Mato Grosso, e se fizer um comparativo da mesma categoria com categoria semelhante, aí a defasagem é maior.

Então, eu peço ao Dilmar, com a habilidade que tem, para reforçar esse compromisso que fizemos lá atrás com o secretário Mauro Carvalho, para a gente poder avançar, porque as categorias estão cobrando. E elas são parceiras, Deputada Janaina, são parceiras, as três categorias poderiam estar aí fazendo greve, poderiam estar fazendo um estardalhaço, mas não estão, devido à confiança que têm nos Deputados que estão liderando esse processo; tem aí a Deputada Janaina, Claudinei, João Batista, Elizeu e outros Deputados que estão articulando para fazer essa articulação responsável, tranquila, Dilmar, sem atropelos.

Eu peço a Vossa Excelência que possa fazer esse encaminhamento.

E, da mesma forma, eu gostaria que nós pudéssemos ter uma reunião com a Casa Civil para que a gente possa fazer uma leitura técnica, Deputado Lúdio Cabral, da questão da RGA. Eu acredito que há margem fiscal para a gente poder melhorar o índice, chegando ao total da recomposição das perdas salariais dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

Nesse final de semana, nós estivemos na região de Aripuanã, na região de Lambari D'Oeste. Quero fazer um agradecimento especial ao deputado federal Neri, nosso companheiro, grande liderança política do Estado de Mato Grosso, e também ao nosso querido amigo senador Carlos Fávaro, que tem auxiliado - e muito -, avançado - e muito - nas melhorias, principalmente com relação a recursos financeiros para os municípios.

É o que tinha.

A construção do projeto é no coletivo pelo Estado de Mato Grosso.

Obrigado, Presidente.

A SR.^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Convido agora o Deputado Thiago Silva.

O Sr. Gilberto Cattani - Senhora Presidente, pela ordem, senhora Presidente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

Senhora Presidente, na minha fala ficou faltando uma moção de pesar, e eu preciso fazê-la, se a senhora me permitir.

A SR.^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Por favor, vou conceder um minuto ao Deputado Cattani e depois Vossa Excelência pode discutir a moção, tá? É só para apresentá-la.

Depois, o Deputado Thiago Silva.

O SR. GILBERTO CATTANI - Senhora Presidente, muito obrigado, obrigado mesmo, porque queremos aqui dar a nossa moção de pesar à senhora Elisabeth Pereira Sachs. A senhora Elisabeth foi advogada, professora e servidora aposentada do TRT, conhecida como Betty Sachs. Ela é mãe do advogado Diogo Sachs, que trabalha hoje em nosso gabinete, e é um exemplar funcionário desta Casa. Gostaria de deixar o nosso pesar com o passamento da senhora Elisabeth Pereira Sachs.

Obrigado, Presidente, pela oportunidade.

(O SR. MAX RUSSI ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Deputado Thiago Silva.

O SR. THIAGO SILVA - Senhor Presidente, colegas Deputados, Deputada Janaina, quero aqui cumprimentar todos os amigos pescadores que estão aí no plenário.

Senhor Presidente, estou aqui apresentando várias indicações, mas eu quero aqui destacar a indicação para que o Governo do Estado também possa atender os professores da Secitec. O Governo atendeu aí com a disponibilização de *notebooks* e internet, acesso à internet, os professores da rede estadual de ensino, e nós sabemos que da mesma forma que a pandemia impactou a rede estadual também impactou as nossas escolas técnicas. É uma demanda de todos os nossos profissionais, de todos os nossos professores da Secitec. Então, fica aqui a nossa indicação para que o Governo possa também atender os professores das escolas técnicas do Estado de Mato Grosso.

Estou apresentando também aqui um projeto de lei que declara de utilidade pública o Rotary Clube de Guiratinga, uma entidade que há mais de 40 anos tem atuado em várias áreas lá no município de Guiratinga principalmente na área do esporte, da cultura e da educação; tem a minimaratona que é realizada todos os anos, nos últimos anos a gente tem prestigiado essa minimaratona; e o Rotary tem feito um excelente trabalho.

Senhor Presidente, nós também aqui queremos reforçar a cobrança sobre a questão da correção da tabela de vários profissionais aqui do nosso estado.

Eu quero aqui nesta manhã ressaltar os policiais penais e o Detran. Eu estive aqui na última semana reunido com os profissionais do Detran em Cuiabá e em Rondonópolis. E eu quero aqui reforçar mais uma vez, já fiz esta fala por diversas vezes, ontem eu recebi aí o presidente do Sindicato dos Servidores do Detran... E o Estado vive um momento muito importante financeiramente, um momento satisfatório para que o Governo possa fazer essa correção. Conforme foi colocado pelo Deputado Paulo, o Detran é uma das autarquias que têm o menor salário do Governo do Estado.

Então, nós precisamos urgentemente da correção dessa tabela salarial.

E mais uma vez quero reforçar a cobrança para que o governo possa encaminhar... E que a gente possa também discutir agora na LOA a questão da RGA para o ano que vem, que seja uma RGA justa para fazer a correção da inflação desse último ano, que acredito que vai passar os dois dígitos.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Para o uso da fala, Deputada Janaina Riva.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

A SR.^a JANAINA RIVA - Bom dia, Presidente; bom dia a todos que nos acompanham, a imprensa, e os que nos acompanham pela rádio Assembleia.

Quero fazer um cumprimento especial, Presidente, a todos que estão aqui pela aprovação do Projeto de Lei nº 780/2021, pela liberdade, (APLAUSOS) ...contra o passaporte da vacina. Não somos negacionistas, nós só estamos lutando por um direito, que é o direito do cidadão escolher se vacinar ou não.

O Estado de Mato Grosso hoje é um dos estados onde a população já se vacinou em mais de 75%, e aqueles que não querem se vacinar têm que ter o direito de ir e vir como todo cidadão tem o direito de ir e vir segundo a Constituição Federal do nosso país.

Quero cumprimentar aqui também todos os pescadores que estão aqui, em nome da Nilma; faço também um cumprimento a todos os Consegs que estão aqui também, que são hoje as nossas lideranças pela segurança pública nos mais de 80 municípios do Estado de Mato Grosso que possuem Conseg; são os defensores da segurança, parceiros da Secretaria de Estado de Segurança Pública que conquistaram a sua autonomia depois de muita luta desta Casa com o apoio do ex-Deputado Wancley, com o apoio do Deputado Delegado Claudinei.

E, por fim, Presidente, quero fazer uma indicação ao Governo do Estado para verificar a possibilidade de regulamentar e realizar pagamento de abono aos professores via utilização dos recursos do Fundeb.

Essa é uma pauta que o Deputado Lúdio Cabral ontem também falou sobre ela e me foi indicada pelo experiente doutor, mestre, professor, Paulo Feijó, do Estado do Rio de Janeiro, a quem quero agradecer. Ele mandou um vídeo didático, explicativo, vou compartilhar com os colegas Deputados, mostrando a viabilidade e a importância da valorização dos professores para a melhoria da educação dos nossos filhos nas escolas públicas de Mato Grosso e do Brasil.

E também, Presidente, requerimentos, que estou apresentando diversos, e algumas moções de aplausos.

Era isso, senhor Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Para o uso da fala, Deputado Eduardo Botelho; último inscrito, Dr. João José.

O SR. EDUARDO BOTELHO - Bom dia a todos, estamos apresentando aqui alguns projetos.

Estamos apresentando um projeto de lei, que talvez depois possamos até ter que discutir isso, e na verdade até vir do Executivo. Mas é um projeto de lei que cria uma série de obrigações para o Indea em relação aos produtos artesanais, especificamente, aos produtos como queijos, produtos manipulados com carne, leite, produto de origem animal.

Esse projeto é um projeto bem amplo, que cria condições, mas também cria punições e... mas facilita o trabalho daquele pequeno agricultor, daquele que trabalha o seu produto, daquele que faz o seu queijo, o seu leite, o seu doce de leite para vender. Então, facilita - e muito - essa colocação e cria obrigações para o Indea, para facilitar para essas pessoas.

Esse projeto de lei não é uma invenção minha, é um projeto que já existe em outros estados, e acho que nós temos que implantá-lo aqui em Mato Grosso.

Também estamos apresentando uma solicitação para a Sema, para que ela forneça para nós todas as informações hídricas do Estado de Mato Grosso, especialmente sobre a região ali de Tangará, no caso do rio Queima-Pé, no município de Tangará da Serra. É um rio que está sendo totalmente assoreado, e a Sema tem liberado constantemente obras ali naquela região.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

Então, eu quero saber deles, da Sema, o que eles estão fazendo para conter essas crises hídricas que virão e o que ela está fazendo em relação especificamente a esses rios.

E também, fazemos algumas indicações aqui, estamos criando, com um projeto de lei, a Semana Estadual de Conscientização, Prevenção e Combate à Prática de Queimadas Urbanas. Precisamos fazer, já temos aí em relação à queimada, mas a queimada urbana ainda é um problema sério, e nós precisamos trabalhar bastante em cima disso. Então, estou apresentando aqui um projeto para criar uma semana de conscientização e prevenção das queimadas urbanas.

Em relação aos projetos que... (TEMPO ESGOTADO) ...Eu quero saber o seguinte, o projeto da vacina, esse passaporte da vacina está em pauta, né? Está *ok*, vou falar na hora que for discutir esse projeto, eu quero fazer a minha posição claramente contra esse projeto, porque estamos indo contra o que está acontecendo no mundo.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Deputado João José.

O SR. DR. JOÃO - Senhor Presidente, caros colegas, cara Deputada Janaina, imprensa que nos assiste; um abraço especial aos nossos companheiros, sofredores, batalhadores que sustentam sua família com a pesca, obrigado a vocês.

Um abraço aos nobres professores, porque se hoje eu estou aqui falando como médico e Deputado, um dia uma professora me ensinou a ler e a escrever. Eu tenho o maior respeito por vocês.

E sobre o projeto que o Botelho acabou de falar, a pior coisa que um ser humano pode ter é ter cerceada a sua liberdade. Então, estamos juntos. (APLAUSOS)

O SR. DR. JOÃO - Senhor Presidente, queria falar um pouco sobre a minha região e agradecer ao secretário Marcelo Padeiro pela luta que está fazendo com a nossa rodovia MT-358, principalmente no trecho da Barra até Nova Olímpia, mas dizer, apesar de todo o esforço dele, do vice-governador, do Nilton de Brito, a coisa lá está muito lenta, está praticamente parada, não estão fazendo nada, está cheio de buraco e vai morrer gente ali.

E sobre a MT-240, que liga Tangará da Serra a Santo Afonso, eu sei que o secretário Marcelo está mexendo, mas eu gostaria de pedir para ele continuar empenhado nessa situação, porque o povo está muito sofrido lá e espera por isso há mais de 40 anos.

E fazer aqui uma homenagem ao presidente da... ao Márcio da Guaxe, pela estrada, pela rodovia que vai para o assentamento, pela MT-339, que já asfaltou mais de 20 quilômetros, e a população daquela região, que é um dos maiores assentamentos da América Latina, agradece de coração.

E quero apresentar um sentimento de pesar ao meu grande amigo Jorge Luiz Magalhães, coronel da Polícia Militar, com um brilhante serviço prestado ao Estado de Mato Grosso, pelo seu falecimento, vítima de um problema cardiológico durante a feitura de um exame de hemodinâmica. Magalhães jogou futebol comigo... (TEMPO ESGOTADO) ...Magalhães jogou futebol comigo durante mais de dez anos, uma pessoa exemplar, um grande amigo, um grande policial.

Então, meus sentimentos a toda a família. E que sua alma descanse em paz.

Obrigado, senhor Presidente.

(AS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NESTA SESSÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM: <https://www.al.mt.gov.br/parlamento/documentos/parlamentares?tipo=10&sslSessaoPlenaria=&sessaoPlenaria=7957&palavraChave=&dataIni=&numDocumento=&anoDocumento=&dataInicio=&dataFinal=&search>)

GRANDE EXPEDIENTE
(NÃO HOUE GRANDE EXPEDIENTE)

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Vamos à Ordem do Dia.

Em discussão as indicações dos Deputados: Wilson Santos, Xuxu Dal Molin, Valmir Moretto, Dr. Gimenez, Max Russi, Thiago Silva, Delegado Claudinei, Valdir Barranco, Dr. Eugênio e Eduardo Botelho.

Para discutir, João Batista. (PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Oi? Libera o som do João, lá.

Aperta aí, João.

O Sr. Paulo Araújo - Presidente, só uma questão de ordem... (PAUSA) Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - A palavra estava com o João.

O Sr. Paulo Araújo - Está com o João? Ah, então tá...

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - João. João.

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - Senhor Presidente, na verdade é que eu já tinha levantado a mão para fazer uso do Pequeno Expediente, até não entendi, achei que seria o último. Era para estar no plenário aí, mas estou tendo a satisfação de receber aqui o juiz doutor Marcos Faleiros. A gente teria a reunião da Comissão de Segurança e tivemos que remarcar, Presidente, por causa da sessão que foi transferida para hoje de manhã.

Estamos tendo a satisfação de receber o doutor Marcos aqui, discutindo, falando sobre a questão do sistema penitenciário das forças de segurança pública.

Mas quero aproveitar só rapidinho aqui, Presidente, para apresentar aqui a moção de pesar aqui ao nosso amigo, ao nosso amigo coronel Jorge Luiz, que tanto fez pelo Estado de Mato Grosso, muito tempo ali na região do Araguaia. Eu ouvi vários colegas parlamentares aí apresentando moção de pesar do falecimento do doutor coronel Jorge Luiz e a gente... (FALHA NO ÁUDIO)

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - ...Essa figura maravilhosa que se aposentou como policial penal, trabalhou aí por praticamente 30 anos na Polícia Penal e no final da sua carreira foi alvejado, durante uma compra no supermercado. Ele ficou cadeirante, mas nunca deixou, Presidente, nunca deixou que o fato de andar numa cadeira de rodas fosse limitador para ele continuar trabalhando, para que ele continuasse cuidando dos seus afazeres e da luta sindical. Deixo o nosso pesar a toda a família e a todos os amigos da Polícia Penal do Estado de Mato Grosso pelo falecimento do nosso amigo Almir Caboclo.

Era isso aí, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Continua em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovadas.

Em discussão as moções de aplausos do Deputado Lúdio Cabral, Deputado Nininho, Deputada Janaina Riva e Deputado Paulo Araújo.

Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovadas.

Em discussão a moção de congratulação do Deputado Dr. Gimenez.

Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovada.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

Em discussão as moções de pesar dos Deputados Dr. Eugênio, Nininho, Gilberto Cattani, Carlos Avallone, João Batista e Wilson Santos.

Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovadas.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei Complementar nº 47/2021, Mensagem nº 159/2021, de autoria do Poder Executivo, que estabelece a modalidade de teletrabalho como uma das formas de cumprimento da jornada de trabalho no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso. Foi feita uma inversão da pauta a pedido do Deputado Paulo Araújo.

Para discutir, Deputado Wilson Santos... Mas o Deputado Ulysses quer discutir antes?... É.

O SR. ULYSSES MORAES - Presidente, só uma fala rapidamente nas indicações.

Nós apresentamos um projeto de lei nesta Casa Legislativa, semelhante ao projeto do Deputado Xuxu Dal Molin, inclusive já peço ao Deputado Xuxu Dal Molin que eu fique como coautor nesse projeto.

É um projeto de extrema importância. E aqui comigo está uma dispensa de pauta votada aqui hoje nesta Casa Legislativa para a tramitação mais rápida, que trata a respeito do IPVA do ano que vem. O IPVA do ano que vem, como todos sabem, todos os anos o IPVA é reajustado pela tabela Fipe, e neste ano, por conta do desabastecimento, da pandemia, nós tivemos um reajuste na tabela Fipe de mais de 10%.

Então, esse projeto aqui visa barrar o reajuste do IPVA para o ano que vem, uma vez que... senão teremos um reajuste no IPVA de até 30% nos veículos usados, ou seja, você que está em sua casa, que acabou de passar por uma pandemia e cortou gastos, pode ser que no ano que vem você tenha que pagar 30% a mais no seu IPVA e com o seu carro mais velho.

Então, o projeto tem que correr em dispensa, tem que correr em urgência nesta Casa Legislativa, tem que ser aprovado até o final do ano agora, para que a gente não tenha esse reajuste do IPVA no ano que vem e não peguemos a sociedade de surpresa com esse reajuste. O cara está com o veículo mais velho, achando que vai pagar um pouco mais barato no ano que vem, que é o natural, o que acontecia todos os anos, e no ano que vem ele vai vir a pagar mais caro.

Então, é essa dispensa que quero discutir, Presidente, e pedir para que a gente aprove esse projeto na próxima sessão, que ficamos sabendo que vai ser amanhã, e pedir para os colegas, ele está com o parecer negativo, a gente vai ter que derrubar esse parecer da CCJR. Eu não entendi o porquê do parecer negativo, até porque a arrecadação vai continuar a mesma coisa, não há o que se falar no impacto orçamentário em redução ou aumento.

Então, vou pedir para amanhã que a gente derrube o parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

E quero manifestar o meu apoio a todos aqueles que estão aqui hoje no plenário, que são contrários ao passaporte de vacinação obrigatória, e deixar claro o meu posicionamento pró-liberdade, deixar muito claro que sou vacinado, estou vacinado, mas aqueles que não quiserem devem ter a opção de poder ou não poder se vacinar. A gente está falando aqui é de liberdade, direito constitucional garantido, é uma discussão que nem deveria passar por este Parlamento por se tratar de uma cláusula pétreia, um direito constitucional garantido de todo cidadão brasileiro. (APLAUSOS)

O SR. ULYSSES MORAES - Contem aqui com este parlamentar.
Muito obrigado, Presidente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Continua em discussão o projeto do teletrabalho, vamos nos atentar ao projeto que faz parte da votação, foi antecipada essa votação a pedido do Deputado Paulo Araújo.

Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente Max, o teletrabalho, senhor Presidente, ele veio para ficar. Por que é que eu defendo e vou votar a favor desse projeto?

Primeiro, porque os primeiros resultados sobre a produtividade em todos os Poderes, instituições e órgãos públicos de Mato Grosso, todos melhoraram. A Assembleia, funcionando em sessões híbridas, aumentou a sua produtividade.

Os juízes, em cada comarca, senhor Presidente, e os desembargadores do Tribunal de Justiça, através do teletrabalho, aumentaram a sua produtividade; o Ministério Público aumentou; o Tribunal de Contas do Estado aumentou.

Então, o teletrabalho é algo que viria, Deputado Dr. João José, talvez daqui a cinco, oito, dez anos, mas a pandemia acelerou a vinda do teletrabalho. A pandemia fez com que nós percebêssemos que é possível, sim, fazermos sessões, apresentarmos pareceres, realizarmos debates a distância, utilizando as ferramentas tecnológicas que o momento nos oportuniza.

Imagine isso daqui a cinco, dez, quinze anos, cada vez mais haverá adesão ao teletrabalho. E o servidor público de Mato Grosso não será obrigado a aderir ao teletrabalho, não é obrigatória a adesão, é preciso deixar bem claro. Quem quiser continuar comparecendo presencialmente ao local do trabalho estará devidamente autorizado.

O teletrabalho é o futuro chegando agora, é o aumento de produtividade, gasta-se menos energia, gasta-se menos automóvel, o trânsito fica mais ameno, menos poluição por CO2. Enfim, eu não vejo nenhuma alternativa para não apoiar e para não votar nessa matéria.

E como não havia dito, vou dizer também ao Deputado Cattani, que é autor do projeto do passaporte: em homenagem a você, Cattani, conte com o meu voto também. Tá ok?

Muito obrigado, Presidente.

Era isso aí. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARAÚJO - Nobres Deputados, novamente nós aqui discutindo o teletrabalho.

Reforçando a fala do nosso companheiro Deputado Wilson, nobres Deputados, eu quero aqui pedir o apoio nesse importante avanço que a administração pública do Estado de Mato Grosso... Esse projeto é uma mensagem de autoria do Poder Executivo, que tem o apoio amplo de muitos servidores, Deputado Claudinei, do serviço público.

O teletrabalho serviu para esta Casa de Leis, o Poder Legislativo, quase todos os Deputados estaduais utilizaram a plataforma teletrabalho, Deputado Lúdio Cabral, todos; conseguimos avançar; a produção aumentou; a qualidade de vida termina aumentando também, a partir do momento que você consegue avançar dentro do seu ambiente domiciliar, principalmente para as mães e para os pais que têm crianças em casa, a produção aumenta.

A Câmara Federal utilizou a ferramenta teletrabalho para poder fazer as suas sessões, os profissionais daquela Casa de Leis; o Senado Federal; o presidente da República, com seus assessores utiliza a ferramenta teletrabalho. E aqui no Estado de Mato Grosso, de forma pioneira, Deputada Janaina, Mato Grosso também sai na frente utilizando a ferramenta teletrabalho, que não é, Deputado Dr. João, Deputado Dr. Eugênio, obrigatória. O teletrabalho no Estado de Mato Grosso não é obrigatório, é opcional, Deputado Faissal. O Tribunal de Justiça também utiliza a ferramenta teletrabalho e vários profissionais que prestam serviço ali naquele Poder.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

Então, nada mais justo do que nós atendermos e inovarmos. É o futuro, igual o Deputado Wilson disse, o futuro chegou, o futuro é o teletrabalho. As melhores empresas do mundo, as mais eficientes, as mais eficazes, utilizam a ferramenta teletrabalho, Deputado Dr. Lúdio Cabral.

Eu recebo milhares de mensagens todos os dias de servidores pedindo o teletrabalho, pedindo para que a gente vote o teletrabalho.

Agora, é lógico que as boas sugestões... Inclusive vou votar favorável à emenda de Vossa Excelência, nós precisamos aprimorar o teletrabalho, mas estamos dando um pontapé inicial de inserir na administração pública o teletrabalho, que já foi provado aqui nesta Assembleia que funciona, que é eficaz, que é eficiente, que produz mais, que reduz gastos na atividade-meio. E isso que a gente precisa votar e dar esse voto de confiança ao serviço público... (TEMPO ESGOTADO)... ao servidor público e ao Poder Executivo; e inclusive estender, Deputado Max, o teletrabalho, de forma contínua, de forma regulamentar, aqui também no Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso.

Então, eu quero contar com o apoio de todos os Deputados nessa matéria de extrema importância para o serviço público do Estado de Mato Grosso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Senhor Presidente, na última sessão, nós pedimos a retirada de pauta por conta da realização da audiência pública na última quinta-feira. E eu digo para Vossa Excelência e também para o Deputado Paulo Araújo - senti falta dele na audiência... Foi a audiência com maior participação de lideranças, depois da pandemia que as audiências se tornaram remotas, que eu já pude participar. Mais de cem lideranças, porque tinha fila para entrar na sala, uma vez que a sala da plataforma zoom só comporta cem pessoas de cada vez.

Nós tivemos representação do Ministério Público Estadual, que palestrou; do Ministério Público do Trabalho, que palestrou; do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que palestrou; da Seplag, que palestrou; e de diversos sindicatos que representam a categoria.

E o encaminhamento final da audiência pública, que é a ferramenta legítima desta Casa de Leis, que deveria preceder sempre a votação de matérias importantes como essa aí, que mexem com a vida das pessoas, é de que essa matéria não seja deliberada enquanto não puder ser discutida com as bases.

O Ministério Público do Trabalho verificou e falou em sua palestra das fragilidades dessa proposta que aqui está. A representante do Ministério Público Estadual, inclusive, nos encaminhou e vai chegar às mãos de Vossa Excelência, Presidente, assim como chegará o arquivo da plataforma Zoom que foi gravado, o relatório que nós fizemos, os materiais que nós colhemos; o Ministério Público Estadual encaminhou toda a documentação que faz com que o Ministério Público e seus servidores possam ser orientados nesse período no teletrabalho e é muito mais rigoroso do que este que nós estamos apresentando aqui hoje.

Então, eu trago aqui esse encaminhamento que foi tomado pelos servidores.

O nosso Deputado Paulo Araújo, com todo o respeito que eu tenho por ele, é meu amigo, mas esses milhares de servidores que ele fala que mandam mensagem para ele, nós sabemos que quando tem uma matéria dessas, por exemplo, dos interinos, chove mensagem em todos os celulares, e eu nunca recebi uma mensagem de um servidor pedindo para aprovar essa matéria com essa urgência aí que se está querendo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

É possível deixar para que seja deliberado depois, é isso o que os servidores presentes na audiência pediram, e não vai ter prejuízo para o Estado, porque pode ser colocado em plena atividade assim que for aprovado.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Para o uso da fala, Deputado João Batista; e depois o último inscrito, Lúdio Cabral. (PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - Oi!

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - É você, está inscrito.

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - Agora sim, a internet estava travada aqui, Presidente.

Eu só queria aqui reforçar a fala do Paulo. Agora, eu não participei da audiência pública que o Deputado Barranco realizou aqui, realmente não estive presente, aliás, eu estava viajando pelo interior nesse período... (FALHA NO ÁUDIO)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Deputado João, cortou a internet? (PAUSA) Caiu, caiu a internet do Deputado João Batista. Vamos chamar o Deputado... Voltou lá. Voltou, João? Veja se voltou.

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - Voltou sim... Rapidinho.

Eu também recebi inclusive cobrança do pessoal das unidades prisionais, o policial penal não tem como fazer o teletrabalho, o policial militar, muitos policiais civis, mas o pessoal administrativo, principalmente aqueles que fazem checagem de alvará, é possível fazer através do teletrabalho, mas é preocupante realmente se não for bem regulamentado. Mas eu particularmente reafirmo aqui as mensagens que o Deputado Paulo Araújo confirma ter recebido, também recebi de vários. É claro que nos termos que o projeto está, ele não atende e não tem agradado principalmente a maioria dos servidores.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Obrigado, João.

Último inscrito, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL - Presidente, eu já havia apresentado duas emendas ao projeto de lei encaminhado pelo governador. E parte da preocupação que eu apresentava nas emendas foi contemplada no projeto de lei substitutivo, último projeto que consta do processo. Mas eu quero seguir aqui a orientação do meu colega de bancada, o Deputado Valdir Barranco, que fez uma audiência pública muito importante, uma participação muito qualificada de servidores, de entidades, de estudiosos dessa pauta, e nós deveríamos acatar a recomendação que a audiência pública fez.

Não há urgência em apreciar essa matéria, não há urgência, não é nada em que haja necessidade de qualquer medida imediata por parte do Poder Executivo. Portanto, nós podemos discutir essa pauta com mais profundidade, para acolher as sugestões dos cientistas, para acolher as preocupações das entidades representativas, para considerar a especificidade de cada área de atuação dos servidores públicos do Estado, da forma como a audiência pública recomendou.

Então, eu reforço aqui, senhor Presidente, essa recomendação da audiência pública presidida pelo colega Valdir Barranco, para que debatamos com a profundidade necessária esse projeto ao longo do ano de 2022.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - O projeto está em votação. Se o Deputado Paulo fizesse algo diferente, a gente poderia entrar no entendimento, mas o Paulo quer que a votação aconteça.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

Continua em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Vamos registrar os votos. Voto contrário do Deputado Lúdio Cabral...
Abstenção, desculpa. Anota aí, Zé, abstenção.

Deputado Valdir Barranco, é abstenção ou contrário? Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Presidente, abstenção. Porque eu acho um desrespeito fazer uma audiência pública dessa magnitude e não se respeitar, viu?

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Tá. Abstenção.

Deputado Cattani.

O SR. VALDIR BARRANCO - É o Paulo que manda...

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Oi?

Então, vamos lá, com duas abstenções.

O SR. VALDIR BARRANCO - Quero dizer o seguinte, o Paulo que manda na pauta então, porque o Paulo falou que tem que votar; porque o Paulo falou que não tem que votar. E a audiência pública com mais de cem representantes de tamanha especificidade e capacidade técnica?

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Mas estava na pauta, estava na pauta e o Deputado...

O SR. PAULO ARAÚJO - Presidente, por gentileza.

Deputado Barranco, grande parceiro, a gente tem todo um respeito especial pelo colega Valdir Barranco e por todos os Deputados aqui.

Esse projeto, Deputado Barranco, conforme eu falei para Vossa Excelência, nós precisamos, sim, aprimorar. Não tenha dúvida, nós vamos aprimorar com algumas emendas que eventualmente vamos fazer ao projeto. Ele não vai ficar da forma como está, é uma construção, é um pontapé inicial.

Eu, por exemplo, já adiantei que voto na emenda do Deputado Lúdio, que acho que é boa para o projeto, mas parablenizo todos os Deputados que deram esse voto de confiança ao serviço público e ao servidor público do Estado de Mato Grosso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - O projeto está aprovado com duas abstenções.

O Sr. Gilberto Cattani - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Em 1ª votação...

O Sr. Gilberto Cattani - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Pela ordem.

O SR. GILBERTO CATTANI - Senhor Presidente, eu gostaria de fazer um pedido encarecidamente ao senhor para que faça a inversão de pauta do PL nº 780, senhor Presidente, haja vista que estamos com um quórum bom e em respeito às pessoas que vieram aqui, que se dispuseram de suas casas para se manifestar a respeito. (APLAUSOS) E nós aqui, senhor Presidente, nós podemos ficar, nós estamos aqui para trabalhar, mas eles, se a gente votar logo, eles podem ir para casa almoçar, satisfeitos com o resultado, com toda a certeza.

Eu acho que se o senhor fizesse essa gentileza para nós, ficaríamos muito agradecidos, senhor Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Vamos fazer, Deputado Cattani. Vamos fazer, só vamos esperar o Deputado Botelho voltar ao plenário, tem dois projetos para serem votados antes ainda e depois a gente faz a inversão de pauta.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 536/2021, de autoria do Deputado Max Russi, que dispõe sobre a Organização da Política Estadual de Assistência Social, as normas operacionais e gerenciais do Sistema Único de Assistência Social no Estado de Mato Grosso - Suas - MT, e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social nos termos do Substitutivo Integral nº 1, restando rejeitada a Emenda nº 1 e prejudicando o Projeto de Lei nº 861/2021, em apenso.

Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª discussão.

O Sr. Lúdio Cabral - Presidente, pela ordem.

Eu gostaria aqui também de solicitar inversão de pauta para a inclusão, logo após a votação do projeto que foi solicitado pelo Cattani e pela Janaina, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2021, que susta os efeitos do edital do processo seletivo simplificado para contratos temporários na Seduc, para a primeira votação.

E também, após ele, a votação do PDL nº 13/2020, do Deputado Henrique Lopes, que susta os efeitos do Decreto nº 723/2020.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Pega... Ache esses dois decretos e vamos fazer a inversão aqui. Enquanto isso, vamos fazer a votação dos demais.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 1.060/2021, Mensagem nº 192/2021, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Especial, incluindo na Lei nº 11.300, de 27 de janeiro de 2021, as providências que seguem. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão... Não, já foi concedida vista ao Deputado Valdir Barranco na última sessão.

Para discutir, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL - Senhor Presidente, eu quero discutir essa matéria, que é um pedido de abertura de crédito especial no orçamento de 2021, por parte do Chefe do Poder Executivo. Mas o que eu quero é, a partir dessa pauta, alertar os colegas para o Projeto de Lei Orçamentária Anual que está tramitando na Assembleia Legislativa.

E eu quero trazer alguns números aqui.

A receita corrente bruta do Estado de Mato Grosso, em 2021, tem uma previsão na Lei Orçamentária de 2021, de 29,7 bilhões, é a receita bruta do Estado antes das deduções para os municípios. Após as deduções para os municípios, 22,1 bilhões, é o que está previsto na Lei Orçamentária de 2021 que está em vigência.

A receita realizada até novembro de 2021... Prestem atenção nisso, senhores Deputados. A receita bruta realizada até novembro foi de 42,8 bilhões, quase 14 bilhões a mais daquilo que estava previsto na Lei Orçamentária de 2021.

O orçamento de 2022, o Projeto de Lei Orçamentária que está aqui na Assembleia Legislativa trabalha com uma previsão de receita bruta na ordem de 40,6 bilhões; 2,2 bilhões abaixo do que foi realizado até novembro de 2021. Se nós considerarmos o mês de dezembro, o que está previsto no Projeto de Lei Orçamentária para 2022 será 6 bilhões abaixo da receita que ocorrerá no ano de 2021.

Então, assim, não tem sentido, não tem sentido nós ficarmos votando qualquer tipo de projeto do Poder Executivo que altera as disposições orçamentárias agora de 2021, sem nos atentar para a tarefa, para a obrigação que nós temos... (TEMPO ESGOTADO)... Nós não podemos votar qualquer projeto dessa natureza sem nos atentar para um dever, para uma obrigação que nós temos, que é a obrigação de devolver ao governador o Projeto de Lei Orçamentária que foi encaminhado à Assembleia para 2022, porque ele está, na prática,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

escondendo, no mínimo, 6 bilhões de reais de arrecadação que acontecerá no ano que vem e que não está prevista no Projeto de Lei Orçamentária encaminhado para nós.

Então, o que eu gostaria era de fazer esse alerta aos colegas Deputados, aos membros da Comissão de Orçamento, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e a cada um de nós, Deputados, para a gente deixar de ficar votando orçamento fictício, que dá liberdade para o governador fazer... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Continua em discussão. Para discutir, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente, orçamento neste país sempre foi uma peça de ficção; a história comprova isso, senhor Presidente.

O Deputado Lúdio tem razão em vários aspectos que coloca aqui, mas é importante, Deputado, ver o conjunto da obra. Hoje você tem segurança jurídica em qualquer contrato que estabeleça com o Governo do Estado.

O Governo hoje paga os seus servidores rigorosamente dentro do mês vencido, o Governo está quite com os seus fornecedores, as licitações no Estado de Mato Grosso nunca foram tão disputadas. O Governo vai terminar o ano, inclusive, com um caixa importante.

O orçamento nosso, senhor Presidente, tem sido cumprido rigorosamente.

O que aconteceu na verdade é que a inflação voltou ao país, voltou aos dois dígitos, e a arrecadação do Estado aumentou bem. Não é culpa do Executivo, qualquer Executivo neste país, seja no nível municipal, estadual, nacional, não vai conseguir fechar exatamente a peça orçamentária que é elaborada meses antes de iniciar o ano.

Quando nós fizemos a LDO, senhor Presidente, a realidade econômica do país era uma; ao elaborarmos o orçamento, que tem que ser entregue aqui dia 30 de setembro, é outro momento; e doze meses depois ninguém sabe o que vai acontecer. A pandemia desapareceu? A pandemia vai recrudescer? A pandemia que está de volta na Europa sobre os não vacinados virá também sobre os não vacinados no Brasil?

Então, há uma dúvida em relação a isso, e isso tudo tem reflexo na economia, senhor Presidente. Senhor Presidente, tem reflexo.

Então, quero dizer ao Deputado Lúdio: Deputado, dê um voto de confiança, porque o orçamento do Estado de Mato Grosso tem nos surpreendido favoravelmente. O orçamento diferente do governo anterior, que tinha uma posição de ter um orçamento inflado e não conseguia cumprir, este aqui faz um orçamento realista, pé no chão, e dá sempre no último trimestre a boa notícia de que houve uma arrecadação extra, essa que é a realidade.

Então, eu quero aqui pedir à nossa base, já que o líder Dilmar Dal Bosco não se encontra no plenário, pedir à nossa base que vote no projeto, a mensagem é do Executivo, trata... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. WILSON SANTOS - Só um minuto.

...Trata de algo corriqueiro no Parlamento, e eu tenho certeza de que nós estaremos em breve votando a LOA em segunda; e que nós vamos também, no último trimestre do ano que vem, estar aqui para aplaudir, porque nós superaremos o previsto.

Ano que vem será um ano ainda melhor para Mato Grosso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Continua em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

É orçamento. (PAUSA) Aprovado por unanimidade.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 780/2021, de autoria da Deputada Janaina Riva, que veda ao Poder Público a instituição de qualquer exigência de apresentação do cartão de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

vacinação contra a covid-19, para acesso aos estabelecimentos comerciais e congêneres no âmbito do Estado de Mato Grosso. O parecer é (CONTRÁRIO) da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social, rejeitando o Substitutivo Integral nº 1 e 2, bem como o parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acatando a Emenda nº 2 e rejeitando a Emenda nº 1.

Para discutir, Deputado Eduardo Botelho; e, depois, Deputado Valdir Barranco.

O SR. EDUARDO BOTELHO - Em relação a esse projeto aí, Deputados, senhores da galeria, eu quero dizer o seguinte, desde que começou o vírus, essa doença, nós já dizíamos: a única solução para isso é a vacina. Não tem lógica, não tem outro caminho a não ser a vacina. A vacina é o caminho... (VAIAS) Se nós não tivéssemos a vacina, quantas pessoas já teriam morrido hoje, Deputados e senhores? Quantas? A vacina que está salvando a vida no mundo todo.

Agora, nós temos que entender, e eu quero entender esse projeto, eu não adentrei nele, existem situações complicadas. Nós vamos fazer leis para quê? Por exemplo, o cara de um comerciozinho vai ficar pedindo para o cara apresentar a vacinação para entrar no comércio? Não vai ficar. Então, se nós fizermos isso, estaremos fazendo algo que não tem sentido nenhum. O padre vai ficar na porta da igreja pedindo: “olha, se você tem, você entra; se não tem, não entra...” (A GALERIA SE AGITA.)

O SR. EDUARDO BOTELHO - Então, o pastor vai ficar... Então, são coisas assim que eu acho, no meu entender, são inviáveis. E nós temos que fazer o que é viável. Acho que igreja não tem sentido estar lá pedindo passaporte de vacinação na porta da igreja, é inviável.

Então, eu entendo o seguinte... Agora, festas, boate, eventos grandes, não tem jeito, tem que ter mesmo. Então, são essas colocações que eu faço e essa situação que eu faço.

Diante disso, para nós discutirmos melhor, Deputado Lúdio... Eu confesso que eu não tenho conhecimento específico desse projeto, por isso, se fosse votar aqui, eu votaria até agora pela liberação das igrejas, que eu acho que igreja não tem mesmo como pedir passaporte, visto, mas para a gente entender melhor esse projeto.

E eu acho que esta Casa aqui é legal por conta disso, são essas ideias... (A GALERIA SE MANIFESTA.)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Eu peço a não manifestação da plateia. Eu quero pedir o respeito ao Deputado que está falando e quero que restitua o tempo do Deputado Eduardo Botelho para a sua fala.

O SR. EDUARDO BOTELHO - Não tem problema, eu acho que aqui estamos para a manifestação, para o pessoal manifestar contra ou a favor, por isso que aqui é o Parlamento, é a casa do debate, das ideias contrárias, das ideias... Se fosse para ter uma ideia só em tudo, não precisaria da Assembleia, né?

Então, por isso, Cattani, que eu sempre falo e respeito todas as ideias que você coloca aqui, porque nós temos que debater.

Eu vou pedir vista desse projeto para nós podermos dar uma estudada melhor. E eu peço... E para fazer isso eu quero contar com a Comissão de Saúde novamente para nós debatermos melhor esse projeto aqui.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Vista concedida ao Deputado Eduardo Botelho, compartilhada com o Deputado Lúdio Cabral. Mais algum Deputado quer o pedido de vista compartilhada?

O Sr. Gilberto Cattani - Senhor Presidente, eu quero pedir vista compartilhada.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Pedido de vista compartilhada ao Deputado Cattani.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

O Sr. Gilberto Cattani - Quero falar pela ordem também, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Vista compartilhada ao Deputado Elizeu, vista compartilhada ao Deputado Valdir Barranco e vista compartilhada ao Deputado João Batista. É isso, João? João manifestou aqui, vista compartilhada... Mais algum Deputado? Anotou tudo aí, Zé?

O Sr. Gilberto Cattani - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Para discutir o projeto, Cattani... Foi pedida a vista, não tem discussão.

O Sr. Gilberto Cattani - O senhor vai gostar do que eu vou falar.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Não... (RISOS) ...não é essa a questão. Os projetos... já foi feita a... senão outros vão querer discutir sobre o projeto. Se for outro assunto, tudo bem, mas se for a discussão do projeto, já foi feito o pedido de vista. (O SR. GILBERTO CATTANI FALA COM O PRESIDENTE - INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - É questão de ordem? Concedo questão de ordem ao Deputado Cattani. Só queria que não pudéssemos fazer a discussão, senão todos vão querer fazer.

O SR. GILBERTO CATTANI - Obrigado, Presidente, muito obrigado.

Por uma questão de ordem mesmo, senhor Presidente, e também o Deputado Botelho graças a Deus citou meu nome para a gente poder ter respaldo para a questão de ordem.

Primeiro, eu gostaria de agradecer o pessoal, porque foi derrubado o parecer da comissão, né?

Segundo, pedir vista porque tem um substitutivo do Faissal, que parece que precisa ser rejeitado.

Então, a minha intenção, senhor Presidente, é só esclarecer a essas pessoas que estão aqui, muitas pessoas que precisam de fato ser ouvidas, né? E aqui muitas coisas acontecem porque vocês estão aqui.

Quando o Deputado Botelho estava falando, eu imagino que os senhores não compreenderam, ele estava em dúvida com algumas questões e ele estava colocando aqui algumas questões que as pessoas realmente não compreendem. Quando ele falou da igreja, ele estava falando justamente que ele não concorda que seja barrado na igreja.

Quando forem questões de pequenos comércios, assim por diante, isso que ele estava falando, isso demonstra que o Deputado Botelho está tentando entender o projeto, talvez ele não tenha entendido, não tenha lido até agora. E nós precisamos... Tito... E nós precisamos dos votos dos parlamentares aqui. Nós vamos passar aqui a convencê-los daquilo que nós queremos, que é a liberdade do nosso povo, é isso o que precisamos fazer daqui para frente. (APLAUSOS) Ele tem direito de pedir vista, eu pedi vista compartilhada para que a gente possa de fato botar isso para andar e debater.

Então, os senhores podem ficar tranquilos que aqui nós vamos fazer de tudo para que a liberdade do povo seja respeitada, tá?

Na semana que vem tem sessão novamente; se os senhores puderem participar, será uma honra e um prazer; e eu acredito que ela estará em votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Vista compartilhada.

Agora, em respeito à palavra dada ao Deputado Cattani, vou ter que abrir também ao Deputado Valdir Barranco aqui.

Eu peço que não adentre na discussão do mérito, peço que não adentre na questão do mérito.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

O SR. VALDIR BARRANCO - Senhor Presidente, quando se vota... quando se pede vista de um projeto, não adianta abrir a palavra, não; porque se já pediu vista, morreu a matéria, né? Vossa Excelência foi muito amigável, como sempre, mas eu só quero dizer o seguinte, que a gente tem que parar de enrolar o povo.

Essa história de falar que é inconstitucional... Inconstitucional é o projeto, porque o Supremo Tribunal Federal há um ano, há mais de um ano, aliás em novembro de 2020, já decidiu nas ADIs nºs 6.586 e 6.587, que é dever do Estado ofertar a vacina, e é direito também do cidadão se vacinar, e a vacina não é individual, é coletiva.

Portanto, finalizo dizendo que esse projeto não passa - se aprovado na Casa - da porta da Assembleia, porque vai ter recurso logo ali adiante, e ele vai cair, porque o direito é coletivo e não individual, reconhecido pelo STF.

O Sr. Wilson Santos - Presidente, pela ordem, Presidente, para encerrar esse assunto. Presidente, pela ordem. Um minuto.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Não vou conceder, porque os Deputados todos estão pedindo para não conceder.

O SR. WILSON SANTOS - Não vou tratar desse assunto, é pela ordem da sessão.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Não, Wilson, estamos na Ordem do Dia.

O Sr. Wilson Santos - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Estamos na Ordem do Dia, já abri para o Cattani que tinha sido citado, mas não tinha sido ofendido...

(O SR. WILSON SANTOS FALA COM O PRESIDENTE - INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Calma, Wilson, calma, Wilson... mas eu estou falando do que eu abri.

Então, eu vou votar o projeto e após eu vou dar a palavra.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei Complementar nº 2/2021, de autoria do Deputado Elizeu Nascimento, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 555, de 29 de dezembro de 2014, e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão Especial.

Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Questão de ordem do Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Deputado Allan, você quer questão de ordem também? Sinalize aí, a sua mãozinha não está levantada lá.

O SR. WILSON SANTOS - Ok, Presidente.

Eu quero só informar que estamos com duzentos e poucos pescadores, presidentes de colônias, diretoria da Associação do Segmento da Pesca, são 22 colônias de pescadores, e o movimento está crescendo. Nós devemos realizar ainda um grande encontro com dois mil pescadores este ano ainda, senhor Presidente. Vamos abraçar este Parlamento, vamos abraçar o Palácio Paiaguás. Quero só dizer a vocês o seguinte: nós temos quinze assinaturas no requerimento, a décima sexta do Deputado Thiago Silva, que não está presente, mas mandou nos avisar que vai assinar também.

Como o Presidente decidiu regimentalmente que os requerimentos apresentados numa sessão serão votados na seguinte, eu quero só pedir a vocês que permaneçam aí, nós já providenciamos alimentação para vocês, e teremos uma segunda sessão, quando estaremos então... E vamos sair daqui só com essa questão decidida. Nosso interesse é votar hoje o Projeto de Lei nº 646/2021, senhor Presidente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

Chega de fome! Certo? Quem tem fome tem pressa, Presidente! Quem tem fome tem pressa. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Vamos à mensagem... Quero só, a pedido de alguns Deputados aqui, dizer que quando tem o pedido de vista, o Deputado tem até cinco dias... ou 24 horas ou cinco dias para analisar o projeto.

Então, os projetos que são pedidos de vista não entram na sessão no dia de hoje.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 1.079/2021, Mensagem nº 197/2021, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a concessão, aplicação e prestação de contas de suprimento de fundos no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública.

Esse projeto já teve pedido de vista.

Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 1.080/2021, Mensagem nº 203/2021, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Especial, incluído na Lei nº 11.300, de 27 de janeiro de 2021, as providências que seguem. O parecer é favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado. (VAI À 2ª DISCUSSÃO)

Para discutir, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL - Senhor Presidente, na verdade, assim, já foi feita a votação, mas era só para esclarecer que o Projeto de Lei nº 1.080/2021 está abrindo um crédito de 100 milhões de reais para o fundo de aval garantidor de Mato Grosso.

Portanto, é uma proposta importante que precisava ser aprovada por nós.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 1.120/2021, Mensagem nº 206/2021, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a delimitação, ordenamento e o uso das faixas de domínio das rodovias estaduais e rodovias federais delegadas ao Estado de Mato Grosso e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Infraestrutura Urbana e Transporte.

Para discutir, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL - Na verdade, é pela ordem, eu fiz um pedido de inversão de pauta para a inclusão do Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2021, de minha autoria, que anula o edital do seletivo para a contratação de interinos da Seduc. Nós estamos com um quórum qualificado de Deputados presentes, temos vinte Deputados presentes em plenário, então eu gostaria muito que nós pudéssemos já abrir a discussão e a votação do PDL nº 11/2021.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Continua em discussão. Para discutir, Deputado Xuxu Dal Molin.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Presidente, é um projeto interessante, mas nós temos que ouvir melhor o setor produtivo do estado. Eu vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Vista concedida ao Deputado Xuxu Dal Molin.

Vou colocar o último projeto e, após, o projeto pedido pelo Deputado Lúdio Cabral.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 992/2021, Mensagem nº 176/2021, de autoria do Poder Executivo - já organiza os dois do Lúdio para votação aí, - que altera a Lei nº 11.071, de 26 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020-

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

2023 e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Para discutir... Em discussão. Vai discutir, Lúdio? Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado. (VAI AO EXPEDIENTE)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Em 1ª discussão, Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2021, de autoria do Deputado Lúdio Cabral, que susta os efeitos do Edital do Processo Seletivo Simplificado para Contratos Temporários, nº 008/2021/GS/Seduc/MT. O parecer é contrário da Comissão de Trabalho e Administração Pública.

Para discutir, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL - Bom, senhor Presidente, primeiro, eu gostaria que, após a discussão, o senhor fizesse verificação de quórum, e eu gostaria de solicitar ao senhor que no caso desse projeto, fizesse a chamada nominal dos Deputados presentes para a votação, porque há centenas, talvez milhares de trabalhadores interinos da educação nos acompanhando pela TV Assembleia e pelas redes sociais.

Bom, o Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2021, que eu apresentei há mais de um mês, tem por objetivo anular esse edital carregado de ilegalidades que a Seduc propôs este ano para a seleção dos profissionais interinos da educação.

O primeiro erro dele é um vício de origem. A entrada do profissional interino na educação sempre se deu historicamente pela escola. Esse edital inverte completamente essa lógica e quebra a possibilidade de reconhecimento de toda a diversidade de ingresso na educação estadual: escolas do campo, escolas indígenas, escolas nas grandes cidades, nas periferias, escolas em municípios menores e que ficam distantes, 100, 200, 300 quilômetros da cidade polo utilizada como referência pela Seduc para a aprovação das pessoas que participarem desse processo seletivo.

Segundo, ele exclui sumariamente, isso é uma inconstitucionalidade que é insanável, ele exclui sumariamente o direito de mulheres gestantes serem contratadas como profissionais interinas no ano que vem, exclui a possibilidade de pessoas com diabetes, de pessoas com hipertensão, de pessoas que pertençam a grupos de risco para covid-19 de serem contratadas no ano que vem. Ele faz uma exclusão injusta demais com as pessoas com deficiência.

A regra de todo processo seletivo, de todo concurso público, é você exigir os documentos comprobatórios da condição da pessoa com deficiência no ato da nomeação, no ato da assinatura do contrato e não no ato de inscrição para participar do processo seletivo.

A Seduc inverte essa lógica desrespeitando uma súmula do Superior Tribunal de Justiça do nosso país... (TEMPO ESGOTADO) ...E coloca uma série de obstáculos para que as pessoas com deficiência façam a inscrição. Nós temos 485 pessoas excluídas sumariamente e indeferidas a participação delas no seletivo por conta desses obstáculos para poder se inscrever no caso das pessoas com deficiência.

Há uma série de outras ilegalidades que eu já listei ponto a ponto na reunião do Colégio de Líderes que fizemos na semana passada. Há tempo mais do que suficiente, daqui até fevereiro, para que a Seduc realize o processo seletivo na forma da contagem de pontos, na forma da atribuição simplificada, aprimorando esse modelo; ele pode absolutamente ser aprimorado nesse intervalo de tempo... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Há muitos inscritos, Lúdio, há muitos inscritos... Não, há muitos inscritos, você tem que me entender...

Para o uso da fala, Deputado Valdir Barranco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

Há seis inscritos, todo mundo quer falar um pouquinho.

O SR. VALDIR BARRANCO - Senhor Presidente, eu vou ser bem breve, porque os outros colegas querem falar.

Quero parabenizar aqui os professores interinos que se mobilizaram durante todo esse período e que têm procurado os Deputados e a Deputada Janaina. Eu tenho aconselhado a fazê-lo com muito zelo, com muito respeito, com muita educação, dizendo sempre que nós precisamos de, no mínimo, treze votos; e é muito difícil, não é uma tarefa fácil, mas eu, enquanto professor... Eu já fui professor interino, sei como sempre funcionou tradicionalmente a escolha, a seleção para os professores. Não é fácil também, porque você tem que se preparar cotidianamente. Não é à toa que quando você vai falar com professores que já têm quinze anos ou mais de carreira, a maioria já estão com mestrado e boa parte já com doutorado ou a caminho do doutorado. Isso se deve à obrigatoriedade que o processo seletivo, através da contagem de pontos, tradicionalmente utilizado no Brasil, sempre impôs para que nós pudéssemos na hora de colocar a nossa qualificação, na escolha, pudéssemos ter chance de estarmos na sala de aula.

Então, esse decreto 008/2021, da Seduc, ele é absolutamente desrespeitoso com todos os professores interinos, até porque eles ficaram um ano e meio passando necessidades, sem o contrato do Governo do Estado. Muitos tiveram que recorrer aos familiares e aos amigos para não passar fome. E agora, de repente, muitos se veem na condição de perder, praticamente, porque a concorrência acaba vindo de fora do estado também, e é um processo que é eivado de vícios.

Apresentei ao procurador-geral de Justiça, doutor José Antônio Borges, duas denúncias com relação a isso. Minha equipe estudou atentamente, o professor Carlos Abicalil, o Edilson, que são pessoas de muito conhecimento na área de educação e me apontaram muitos erros nesse edital, e eu apresentei denúncias. Eu espero que o procurador-geral tome providências para, se nós não conseguirmos anular aqui hoje com os votos necessários - estou muito confiante que conseguimos -, que a Justiça possa tomar providências.

No mais, peço o voto dos colegas em favor desse PDL e todo o meu respeito aos professores interinos que já fizeram muito por Mato Grosso e têm muito ainda a contribuir.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Continua em discussão.

Pedido de vista do Deputado Dr. Gimenez. Mais alguém? Dilmar Dal Bosco, Xuxu Dal Molin e Moretto. Vista compartilhada de cinco dias aos quatro Deputados. Anote os votos aí.

O Sr. Lúdio Cabral - Presidente, pela ordem, pela ordem, pela ordem.

Eu gostaria de fazer um apelo aos colegas para que nós votássemos o projeto de decreto legislativo. A prova desse seletivo está marcada para domingo, dia 12 de dezembro.

É lógico que o projeto de decreto legislativo pode ser aprovado a qualquer momento e anular todos os atos que aconteceram antes; mas seria muito, muito injusto nós permitirmos, por conta desse pedido de vista, que os interinos fossem para a prova no domingo sem saber se essa prova terá validade ou não, por isso esse apelo aos colegas para que votemos o projeto hoje e que a maioria prevaleça aqui no Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Em 1ª discussão, Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2020, de autoria do Deputado Henrique Lopes do Sintep, que susta os efeitos do Decreto 723, de 24 de novembro de 2020, publicado no Diário de Mato Grosso nº 27.884. O parecer é favorável da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto... Pedido de vista concedida ao Deputado Dilmar Dal Bosco, Deputado Carlos Avallone. Lúdio é vista também? Não. Deputado Barranco, não. Vista concedida.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei Complementar nº 35/2020, de autoria do Deputado Lúdio Cabral, que altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 233, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão Especial nos termos do Substitutivo Integral nº 1.

Para discutir, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL - Bom, senhor Presidente, vou discutir o projeto, o projeto é de minha autoria e é um projeto que nós apresentamos no momento crítico que o Estado vivenciava em 2020, era o período já das queimadas e dos incêndios que começavam a acontecer em Mato Grosso, isso no ano de 2020. E qual é o objetivo do projeto? Ele é simples, é o de ampliar o prazo proibitivo para queimadas no Estado de Mato Grosso e para que esse prazo seja do dia 15 de maio ao dia 15 de novembro. Portanto, seis meses de período proibitivo do uso do fogo no Estado de Mato Grosso para que evitemos situações dramáticas como a que estamos vivendo ao longo dos últimos dois anos, mais notadamente em 2020.

Agora, o projeto de lei substitutivo que foi apresentado por Lideranças Partidárias... Aí eu quero aqui fazer um questionamento, projeto de Lideranças Partidárias sem assinatura esconde os autores. Veja, que líder de fato assinou essa proposta? Tem uma única assinatura aqui no projeto, portanto não é um projeto de lideranças, é um projeto de alguém que se utiliza do termo Lideranças Partidárias. E o que ele faz? Ele simplesmente retira do texto da proposta a essência dela, a essência do conteúdo do projeto de lei, e aí dá um parecer favorável ao substitutivo. O que o substitutivo diz? Não muda nada, continua tudo do jeito que está.

Então, assim, eu gostaria de fazer um encaminhamento no sentido de que os Deputados fossem favoráveis ao projeto original e contrários ao substitutivo de Lideranças Partidárias.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - É, tem que ter assinatura aí, senão nem avança para votação, pelo menos uma assinatura de liderança tem que ter. Tem? Tá, ah, tem assinatura aqui.

Então, continua em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado.

(O SR. LÚDIO CABRAL FALA COM O PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Opa... Com dois votos contrários... Valdir não levantou aqui... Com dois votos contrários, do Deputado Valdir Barranco e do Deputado Lúdio Cabral, o projeto está aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 897/2021, de autoria do Deputado Faissal, que acrescenta dispositivo à Lei nº 7.098, de 30 de dezembro de 1998, que consolida normas referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e dá outras providências. O parecer é contrário da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Para discutir, Deputado Thiago Silva.

O SR. THIAGO SILVA - Senhor Presidente, eu gostaria de pedir vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Vista concedida ao Deputado Thiago Silva.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei... Vista concedida em conjunto com o Deputado Dilmar Dal Bosco, o Deputado Valdir Barranco acho que também tinha apontado aqui... Vista também concedida ao Deputado Barranco. Mais alguém quer pedir vista?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei... Deputado Lúdio Cabral também pedido de vista compartilhado.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 1.097/2021, de autoria do Deputado Gilberto Cattani, que dispõe sobre a responsabilidade por danos colaterais à vida e à saúde àqueles que exigirem vacina contra a covid-19 de seus subordinados no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. O parecer é contrário da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Eu vou inverter a pauta aqui.

Em 1ª discussão, Projeto de Resolução nº 115/2021, de autoria de Lideranças Partidárias, que institui o Projeto de Sistema de Registro Histórico das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública

Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 170/2019, de autoria do Deputado Wilson Santos, que dispõe sobre a inclusão do protetor solar entre os produtos que compõem a cesta básica do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 436/2019, de autoria do Deputado Silvio Fávero, que dispõe sobre informações relativas ao prazo de validade e modo de conservação, após abertas as embalagens dos produtos alimentares artesanais oferecidos para consumo humano. O parecer é contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em votação. Os Deputados favoráveis ao parecer contrário permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado o parecer, o projeto vai ao arquivo.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 617/2019, de autoria do Deputado Wilson Santos, que regulamenta o uso e a disponibilidade de patinetes elétricos no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. O parecer é contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em votação. Os Deputados favoráveis ao parecer contrário permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado o parecer contrário com o voto divergente do Deputado Wilson Santos. Vai ao arquivo.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 835/2019, de autoria do Deputado Faissal, que dispõe sobre a obrigação das instituições financeiras efetivarem a prova de vida mediante atestado médico que comprove a impossibilidade de locomoção do cliente cadastrado, obrigado a fazer a prova de vida para fins de cadastramento e/ou recebimento de benefícios. O parecer é contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Para discutir, Deputado autor, Faissal Calil.

O SR. FAISSAL - Bom dia a todos. Em nome do Presidente Max, gostaria de cumprimentar todos os parlamentares presentes, cumprimentar os funcionários desta Casa, a imprensa, e pedir encarecidamente que os Deputados que estão nas colunas aqui da Assembleia prestem muito bem atenção nesse projeto.

Eu até comentei no grupo dos Deputados... O Deputado Wilson Santos falou que votaria conosco, e eu preciso derrubar o parecer desse projeto.

Eu acho que nós vamos chegar a uma idade que vamos ter que nos aposentar, precisamos nos aposentar. E a prova de vida hoje é feita presencial, você tem que ir até a agência bancária e falar: “Opa, eu estou vivo para receber os benefícios do INSS.” O que esse projeto

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

reza? Quando a pessoa tiver um atestado médico que comprove estar acamado, impossibilitado de locomoção, o banco pode disponibilizar um agente para ir até essa pessoa. Nós verificamos, em várias reportagens da mídia em geral, muitas pessoas, muitos idosos carregados no colo, carregados no colo até a agência bancária para provar que estão vivos e assim receberem os benefícios da sua aposentaria.

Então, isso afronta a dignidade da pessoa humana. O que quero aqui é dar mais dignidade para essas pessoas que estão acamadas.

Nós verificamos agora que no lar dos idosos, aqui em Cuiabá, um idoso foi até a agência bancária fazer a prova de vida e acabou sendo infectado pela covid-19. E ele chegou até o lar dos idosos e infectou todo mundo, algumas pessoas morreram, e o índice de infecção foi muito grande. E nós temos vários outros mecanismos.

Essa lei então tem um cunho social muito grande e infelizmente teve o parecer contrário, e eu quero aqui pedir encarecidamente a todos os Deputados que nós derrubemos esse parecer.

Peço atenção aos Deputados que estão na galeria, por favor, preciso do voto de vocês, vocês na hora da votação levantem a mão, levantem a mão. Eu preciso derrubar esse projeto (*sic*). Eu acho que as instituições bancárias hoje são grandes potências, grandes grupos econômicos e podem, sim, prestar um serviço melhor para o consumidor, principalmente se tratando de idoso.

Então, é uma lei que tem um cunho social muito grande; e eu preciso do apoio de cada um de vocês, está *ok*?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Continua em discussão. Para discutir, Deputado João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - Presidente, só para colaborar aí com o trabalho do Deputado Faissal, quero dizer que ele está de parabéns. Deputado, isso aí a gente observa, principalmente nós que representamos por muito tempo o Sindicato dos Servidores Penitenciários, acredito que vários outros sindicatos têm essa problemática. O servidor muitas vezes está em estado praticamente quase que vegetativo, e o banco acaba bloqueando o pagamento porque esse servidor não foi até a agência.

Então, eu acredito que é possível, sim. Diga-se de passagem, as informações que nós temos na mídia nacional é que as taxas cobradas pelos bancos são de ganhos astronômicos por parte das instituições bancárias. Acredito que é possível, sim, ter um agente bancário que possa ir até a residência fazer essa comprovação e poder evitar o que a gente vê acontecendo muitas vezes. Aconteceu aí de familiares de servidores baterem no sindicato muitas vezes e pedirem dinheiro emprestado, porque cancelou o pagamento por falta exatamente dessa prova de vida. Se isso acontece com os servidores públicos, que têm o sindicato mais próximo, imagine com o trabalhador da iniciativa privada.

Então, parabéns, Faissal.

E pode contar com o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Continua em discussão. Com a palavra, Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Só para parabenizar também o Deputado Faissal pela iniciativa. Se tem uma coisa boa demais é essa vida de banqueiro, né? Os caras não põem um centavo deles, trabalham com o dinheiro das pessoas, não têm o mínimo de sensibilidade social, e quando estão em risco de quebrar ainda recorrem ao Governo para obter recursos públicos para que não sejam quebrados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

Então, diante disso, acho que essa atenção do Deputado Faissal ao apresentar essa proposta, ela é muito importante para os trabalhadores, para as trabalhadoras que precisam fazer a sua prova de vida, precisam provar que estão vivos. E eu acho que à medida que nós avançamos, que a tecnologia vai se estendendo, é preciso que os bancos também estejam atentos para ofertar um serviço mais sensível e mais próximo aos cidadãos e cidadãs.

Parabéns, Faissal. O meu voto está com você.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Continua em discussão. Em votação o parecer contrário. Os favoráveis ao parecer contrário permaneçam como estão; quem quiser derrubar o parecer, se manifeste. Vamos contar os votos: Faissal, Allan, Lúdio, Wilson, Ulysses, Xuxu, Cattani, João, Eugênio, Janaina... Contou aí, Zé? ...Avallone.

Então, o parecer foi derrubado... Moretto. O parecer foi derrubado. Vai ao expediente. O projeto está aprovado, praticamente todos os votos.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 1.002/2021, de autoria do Deputado Xuxu Dal Molin, que acrescenta o artigo 30-A às Disposições Transitórias da Lei nº 7.301, de 17 de julho de 2000, que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e dá outras providências. O parecer é contrário da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, rejeitando o Substitutivo Integral nº 1, bem como rejeitando os Projetos de Lei nºs 1.059/2021 e 1.098/2021, apensados.

Para discutir, o Deputado autor, Xuxu Dal Molin.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Colegas Deputados, Deputada, todos os cidadãos que nos assistem no momento, eu sempre defendi mais gestão e menos impostos.

Mato Grosso, em 2019, deu um passo e aumentou de forma vertical a arrecadação. E, de lá para cá, Deputados, vem aumentando de forma horizontal, aumento de produção, novas cadeias, como do etanol e tantas outras. Mas o custo de vida aumentou muito mais, a inflação, a questão da pandemia. Não estou aqui para entrar nesses detalhes.

Esse projeto nosso aqui, eu quero convidar cada Deputado para assinar como coautor, o Deputado Ulysses já assinou, outros estão convidados, nada mais é do que manter o preço médio de antes da pandemia. Por quê? Só os componentes de veículos, gente, no caso de conectores, subiram mais de 250%. A pandemia fez isso. E esse projeto aqui não tira nem um real da arrecadação, vai manter o que vinha sendo arrecadado. Mas, como cresceu a nossa frota devido ao aumento de produção, ampliação dos veículos automotores de todos os níveis, vai aumentar a arrecadação de forma horizontal. Não vertical, Deputados, porque a inflação está comendo! É energia, é combustível, é comida!

Então, só queria pedir para vocês, só está definindo o preço médio para manter igual ou inferior ao que estava. Nós não estamos tirando arrecadação do Estado. Então, eu queria pedir a todos que assinassem como coautores, isso aqui não é meu, isso é um pedido da nossa população, que já está pagando muito para viver no estado, independentemente de ter um carrinho, um carro, um caminhão.

Então, nós vamos manter a arrecadação e vamos fazer mais justiça social, não aumentando IPVA dos veículos automotores.

Todos estão convidados, vamos derrubar o parecer, gente. É muito simples, mas muito importante para o nosso povo.

Obrigado. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Continua em discussão. Para discutir, Deputado Ulysses Moraes.

O SR. ULYSSES MORAES - Bom, conforme já explicado claramente pelo Deputado Xuxu Dal Molin... Eu inclusive apresentei o requerimento de dispensa de pauta para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

que esse projeto pudesse ser pautado hoje. Tive o apoio de todos os colegas da Casa aqui, Deputado Lúdio assinou, Deputado Wilson assinou, Deputado Faissal assinou, vários colegas aqui assinaram.

É simples, galera. Antes, o carro usado, baixava-se um decreto em dezembro, atualizando o IPVA pela Fipe e nós pagávamos todo ano... Para quem tinha veículo usado, pagava todo ano um IPVA um pouco mais barato.

Por conta do desabastecimento que foi gerado na pandemia, nós tivemos um aumento do preço dos veículos usados, ou seja, o valor da tabela Fipe chegou a reajustar mais de 10%. Então, nós estamos tendo algumas situações em alguns municípios que foram apresentados, como São Paulo, um reajuste no IPVA de até 30%. E aqui não há que se falar em renúncia fiscal, não há que se falar em redução de arrecadação, não há que se falar em impacto orçamentário algum, porque esse decreto já era feito todos os anos. Na verdade, o que se fazia era reduzir a arrecadação de IPVA destes veículos. E o que a gente está fazendo agora é o inverso, vamos bloquear isso para que não haja esse reajuste, para que agora que passou a pandemia a galera não sofra esse impacto.

Então, está nesta Casa Legislativa, a gente precisa dos votos para derrubar o parecer, então a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acredito que foi equivocada nesse ponto, talvez deva ter feito... Exigiu a análise do impacto orçamentário, mas talvez não deva ter pensado ali... Enfim, equivocou-se na elaboração do parecer no que tange ao impacto orçamentário, até porque esse valor sempre diminuía, o Estado deixava de arrecadar com isso.

Então, a ideia é que a gente alivie para a população, estou como coautor nesse projeto do Xuxu; mas, como ele disse, não importa quem é autor nesta Casa Legislativa, todo mundo pode assinar e ser o autor desse projeto, porque isso é muito bom para a população, porque estamos aliviando o bolso do cidadão mato-grossense que não aguenta mais, já está todo atolado de impostos e dívidas.

Então, por favor, a gente pede que os colegas se manifestem e a gente derrube o parecer, prossiga com isso, para a gente garantir o IPVA, ou no mesmo preço ou mais barato; e que o cidadão, no ano que vem, não tenha que pagar a mais pelo bem imobilizado que ele tem agora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Continua em discussão o parecer contrário da Comissão. Em votação... Para discutir, último inscrito, Deputado Faissal Calil.

O SR. FAISSAL - Gostaria de falar para os nobres parlamentares que podem contar com o meu voto, e também gostaria de fazer aqui uma reflexão com todo este Parlamento. Para que serve o Parlamento?

Nós fizemos uma reforma tributária, em 2019, e naquela ocasião nós demos autonomia ao Governo. Esse novo sistema PMPF permite, por meio de decreto, não por lei, decreto que se aumente a carga tributária no Estado de Mato Grosso a cada 15 dias. E onde fica a Assembleia aí? A Assembleia foi atropelada no processo. Nós não participamos.

Só para dizer, como exemplo, esse projeto não deveria ser somente no IPVA, mas, sim, para toda a cadeia, todos os produtos. Durante a pandemia, tudo subiu, tudo subiu, e automaticamente a carga tributária sobre os produtos subiu também, porque é feito sobre o PMPF, Preço Médio do Produto Final.

Para se ter uma ideia, o etanol, no ano passado, antes da pandemia, estava R\$ 2,60; R\$ 2,60, o PMPF; hoje, está R\$ 4,64, quase dobrou, quase dobrou. O gás de cozinha, a mesma coisa, já estamos em R\$ 8,80 o quilo do gás de cozinha. Está insuportável.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

Enquanto isso, em Mato Grosso do Sul está em R\$ 5,67. Então, vamos fazer uma reflexão, eu acho que o PMPF, que é base de cálculos na qual incidem as alíquotas, deveria ser congelado durante a pandemia.

O governador deu uma entrevista na CNN, estava muito preocupado nesta época de pandemia, estava fazendo redução de algumas alíquotas, mas ao mesmo tempo, simultaneamente, que ele baixa 1% de alíquota, está aumentando a base de cálculo. E vem aumentando a base de cálculo a cada 15 dias sem passar pela Assembleia.

E eu faço aqui a reflexão: para que serve a Assembleia? Para quê? Nós temos um artigo na Constituição Federal, artigo 155, e todo aumento da carga tributária deveria ser por lei e não por decreto executivo, gente. Tem que passar por esta Casa. E, infelizmente, não está acontecendo isso.

Então, parabéns ao Deputado Xuxu; parabéns ao Deputado Ulysses.

E quero pedir a todos vocês que também votem conosco para derrubar esse parecer. Podem contar com o meu voto.

Um abraço e fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Em votação, o parecer é contrário da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária... O parecer é contrário. Os Deputados favoráveis ao parecer contrário permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Zé, conte os votos aí! Cattani, um; Allan, dois; Xuxu, três; Faissal, quatro; Lúdio, cinco; João, seis; Eugênio, sete; Ulysses, oito; Moretto, nove; Thiago, dez; Valdir Barranco, onze; e João Batista, doze.

Então, o parecer foi rejeitado. O projeto vai à 2ª discussão.

Peço que o Deputado Dilmar assuma a Presidência. (PAUSA)

(O SR. DILMAR DAL BOSCO ASSUME A PRESIDÊNCIA)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 1.097/2021, de autoria do Deputado Gilberto Cattani, que dispõe sobre a responsabilidade dos danos colaterais à vida e à saúde àqueles que exigirem vacina contra a covid-19 de seus subordinados, no âmbito do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. O parecer é contrário da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Coloco em discussão. Vista ao Deputado Lúdio Cabral.

Então, vai discutir...

O Sr. Gilberto Cattani - Sim, sem mais, nem menos.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Pediu vista...(RISOS) ...Vista concedida ao Deputado Lúdio Cabral.

O SR. GILBERTO CATTANI - Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 749/2019, de autoria do Deputado Xuxu Dal Molin, que cria o Programa Usuário Ativo: Informação, Segurança e Economia - UAISE - de incentivo aos usuários na coleta de informações direcionadas ao aperfeiçoamento da manutenção da malha rodoviária sob responsabilidade do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. O parecer é contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Para discutir, o autor do projeto, Deputado Xuxu Dal Molin.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Pessoal, como nós temos uma essência nossa que é a humildade, eu quero agradecer a outra votação, não ia ter perda de arrecadação, mas neste, realmente, eu tenho que concordar com o parecer, e não vou aqui pedir que derrube o parecer,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

viu, Presidente Dilmar? Então, segue o jogo aí, e vamos manter o parecer contrário, conforme o que é correto. Beleza?

Parabéns, Mato Grosso! Se Deus quiser, não haverá aumento de IPVA no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Deputado Xuxu Dal Molin.

Não tendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai ao arquivo.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 194/2019, de autoria da Deputada Janaina Riva, que dispõe sobre as políticas de valorização ao voluntário no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. O parecer é contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Ninguém que queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai ao arquivo.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 954/2019, de autoria do Deputado Silvio Fávero, que dispõe sobre a Proteção Integral aos Direitos do Estudante Atleta, no âmbito do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, restando prejudicado o Projeto de Lei nº 969 de 2019, apenso.

Ninguém que queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai ao expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 984/2019, de autoria do Deputado Wilson Santos, que dispõe sobre a realização, em crianças, de exames destinados a detectar deficiência auditiva e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Ninguém que queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai ao expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 1.254/2019, de autoria do Deputado Dr. João, que estabelece critério para a concessão de autorização de funcionamento de instituição de ensino. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acatando a Emenda nº 1.

Ninguém que queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai ao expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 1.296/2019, de autoria do Deputado Valdir Barranco, que dispõe sobre a Política para Educação e Tratamento de Doenças Raras no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, restando prejudicados os Projetos de Lei apensados nº 516/2021 e 650/2021.

Ninguém que queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai ao expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 33/2020, de autoria do Deputado Sebastião Rezende, que institui a Campanha Estadual Educativa de Vacinação nas escolas da rede estadual

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H36MIN.

de ensino, no âmbito do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Ninguém que queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai ao expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 108/2020, de autoria do Deputado Thiago Silva, que institui o Programa Começar de Novo - PCN, no âmbito do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação nos termos do Substitutivo Integral nº 01.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (APROVADO. VAI AO EXPEDIENTE.)

EXPLICAÇÃO PESSOAL
(NÃO HOUVE EXPLICAÇÃO PESSOAL)

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Só justificando aí, que foi combinado, terça-feira, nós vamos votar vetos. Providenciar... que foi um pedido do Deputado Lúdio Cabral. Então, vamos votar os vetos, trazer os *tablets* para a sessão, atualizar também os *tablets*.

E como não tem ninguém inscrito no Pequeno Expediente, declaro encerrada a sessão... Terça-feira. (LEVANTA-SE A SESSÃO)

(COMPARECERAM À SESSÃO OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS: BLOCO ASSEMBLEIA FORTE: DILMAR DAL BOSCO, EDUARDO BOTELHO, DR. JOÃO, XUXU DAL MOLIN, CARLOS AVALLONE, NININHO, WILSON SANTOS, ULYSSES MORAES, THIAGO SILVA, PAULO ARAÚJO E DR. GIMENEZ. BLOCO RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA: PROFESSOR ALLAN KARDEC, JANAINA RIVA, JOÃO BATISTA DO SINDSPEN, VALDIR BARRANCO, DELEGADO CLAUDINEI E LÚDIO CABRAL. BLOCO PARLAMENTARES UNIDOS: MAX RUSSI, DR. EUGÊNIO, FAISSAL, VALMIR MORETTO, ELIZEU NASCIMENTO E GILBERTO CATTANI. DEIXOU DE COMPARECER O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE.)

Revisão: Eunice José de Souza;

Ivone Borges de Aguiar Argüelio.